

1.

POLÍTICA EXTERNA

INTRODUÇÃO¹

A política externa, no período de 2003 a 2010, orientou-se pela concepção de que o Brasil deve assumir um papel crescente no cenário internacional, projetando uma imagem externa ativa e soberana.

A contribuição brasileira não apenas atendeu a interesses de curto prazo, mas lançou eixos a serem perseguidos no longo prazo que contribuem para o desenho de um novo quadro de relações multilaterais.

Os esforços da política externa foram recompensados com a diversificação da pauta exportadora do País, com a articulação dos países emergentes em torno do G-20, com a proposição de metas ousadas de enfrentamento de mudanças climáticas e com o fortalecimento do conjunto das economias da América do Sul.

O Brasil atravessou a crise aguda de 2008 e 2009 contrariando os preceitos neoliberais, reagindo com indispensáveis intervenções do Estado, internamente, e propondo maior coordenação das políticas internacionais, o que se revela particularmente importante diante das medidas cambiais unilaterais adotadas por grandes economias, cujas consequências alimentam um novo ciclo de desequilíbrio.

O País fez uso de sua diplomacia presidencial de forma intensa, demonstrando que a ação dos governantes é essencial para combater “a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas”².

A política externa tem sua consistência ancorada em quatro eixos fundamentais:

- A América do Sul é o eixo prioritário de nossa política externa, tendo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como núcleo central. Para este continente foram dedicados esforços necessários no sentido de avançar no processo de integração.
- A África Ocidental, incluindo os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, representa uma antiga fronteira, que havia sido esquecida, mas cujos laços precisam ser reatados.
- A Ásia, novo centro dinâmico da economia mundial, é espaço essencial para a participação do Brasil no mercado global.
- Europa e América do Norte, áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural, permanecem como parceiros relevantes do Brasil, em particular no esforço de reforma da governança política e econômica global.

Foi a consistência desses eixos que permitiu um reposicionamento do Brasil em situação de destaque no cenário internacional e que abre importantes perspectivas, com um amplo leque de oportunidades.

O QUE FOI FEITO

A) AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E CARIBE

A integração sul-americana é um objetivo estratégico da política externa brasileira. O adensamento das relações políticas e econômicas entre os países sul-americanos contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz na região; o desenvolvimento do mercado interno sul-americano e o aumento da competitividade dos países no mercado internacional; e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais.

A integração sul-americana baseia-se em dois pilares: a União de Nações Sul-americanas (Unasul) e o Mercosul.

Unasul

A Unasul é uma organização internacional que tem por objetivo promover a integração regional, com base na convergência de interesses em torno da consolidação de uma identidade própria e do desenvolvimento econômico e social da região. A criação, por iniciativa do Governo brasileiro, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) foi um importante passo para criar mecanismos institucionais que pudessem alavancar a integração. A assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul (Brasília, 23/05/2008) completou esse processo e representou o compromisso político de todos os países sul-americanos com um processo de integração mais denso.

1. O documento na íntegra encontra-se no *link* do site do Ministério das Relações Exteriores (MRE): Anexo_integra_Balanço MRE.doc

2. Discurso do presidente da República na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil” – <http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR525.doc>

Objetivos específicos da Unasul

- Fortalecer o diálogo político entre os estados membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da Unasul no cenário internacional.
- Promover o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza, superar as desigualdades na região e avançar no acesso universal à educação, à seguridade social e aos serviços de saúde.
- Desenvolver uma infraestrutura para a interconexão da região.
- Realizar a integração energética, bem como a industrial e produtiva.
- Aprimorar o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa.
- Valorizar a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.

Estrutura

A estrutura institucional da Unasul está dividida em dois níveis: os órgãos centrais, responsáveis pela orientação política geral e a supervisão do processo de integração (Conselho de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros das Relações Exteriores, Conselho de Delegados e Secretaria-Geral), e os Conselhos Ministeriais Setoriais: Conselho Energético, Conselho de Saúde, Conselho de Defesa, Conselho de Desenvolvimento Social, Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas, Conselho de Infraestrutura e Planejamento e Conselho de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. A Unasul ainda conta com uma presidência *pro tempore* rotativa, que alterna a cada ano, seguindo a ordem alfabética dos nomes dos países membros. A eleição do primeiro secretário-geral, em maio de 2010, foi um passo importante na consolidação institucional da Unasul.

Mercosul

O Mercosul constitui uma zona de livre comércio e uma união aduaneira em fase de consolidação. Seu objetivo é a formação de um mercado comum entre os estados partes, o que implicará:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do Bloco.
- O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais
- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os estados partes
- O compromisso dos estados partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

O Mercosul caracteriza-se pelo regionalismo aberto, o que significa dizer que não somente visa aumentar o comércio intrazona, mas também estimular o intercâmbio comercial com terceiros países. São estados associados do Mercosul a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Além disso, o Tratado de Assunção está aberto, mediante negociação, à adesão dos demais países membros da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Registre-se que foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Aguarda-se, apenas, para conclusão do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul, a aprovação do Congresso paraguaio.

Realizações

Unasul

A criação de conselhos ministeriais setoriais na Unasul foi um passo imprescindível para permitir a cooperação entre países. Em agosto de 2009 foi criado o Conselho de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul (Coseccti). Um dos três grupos de trabalho especializados (GTEs) do Coseccti é voltado para ciência, tecnologia e inovação. Presidido pelo Brasil, o GTE elaborou plano de ação para o período 2010-2011, que prevê uma série de iniciativas concretas naquela área.

Já o Conselho de Saúde, ou Unasul Saúde, foi criado por decisão dos presidentes da Unasul durante a Cúpula da Costa do Saúpe, em dezembro de 2008. Seu estatuto define as linhas gerais de um plano de trabalho, ou Agenda Sul-Americana de Saúde.

Um dos objetivos da Unasul é “a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região.” Na I Cúpula Energética da América do Sul (Isla Margarita, 17/4/2007), foi criado o Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos ministros de Energia. Na Cúpula de Los Cardales (04/05/2010), os chefes de Estado da Unasul aprovaram o Plano de Ação para a Integração Energética Regional; o Projeto de Diretrizes da Estratégia Energética

Sul-Americana; e a Estrutura do Tratado Energético Sul-Americano. Na ocasião, os ministros de Energia sul-americanos foram instados a iniciar negociações para elaboração do Tratado Energético Sul-Americano. Em junho de 2010, a Venezuela, que preside o Conselho, apresentou cronograma com vistas à elaboração da minuta do Tratado Energético Sul-Americano (TES). O Brasil propôs cronograma alternativo, com prazos mais dilatados. De acordo com a proposta brasileira, a primeira minuta poderia ser concluída em 2011 e a segunda em 2012, sem data definida para aprovação por parte dos chefes de Estado. Propôs ainda a divisão temática do texto do Tratado conforme as afinidades naturais de cada país.

Em termos de cooperação em infraestrutura, vários projetos na América do Sul são executados em parte, ou no todo, por construtoras brasileiras. A construção de pontes internacionais cumpre papel fundamental não somente na promoção da circulação de bens, serviços e pessoas entre os países, mas também na geração de benefícios para as comunidades fronteiriças. Somando-se à construção de pontes, a criação de corredores na América do Sul, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico, trará diversas externalidades positivas para o continente. Por um lado, beneficiará a logística das exportações da região ao abrir alternativas de escoamento da produção, com menores distâncias, custos mais baixos e, conseqüentemente, maior competitividade dos produtos no mercado internacional. Por outro lado, os corredores constituirão um vetor fundamental para o aprofundamento da integração sul-americana ao incrementar as trocas comerciais entre os países situados ao longo dos corredores, bem como estimular o fluxo de pessoas, com repercussão positiva, dentre outros setores, no de turismo. Outra importante iniciativa brasileira para a integração física sul-americana concentra-se na concessão de financiamentos a projetos de infraestrutura. Vários financiamentos oficiais brasileiros de exportações de bens e serviços são destinados a projetos de infraestrutura na região.

Mercosul

Com o objetivo de reduzir assimetrias entre os Estados Partes, foi criado em 2004 o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), constituído por contribuições anuais não reembolsáveis dos quatro estados partes no valor de US\$ 100 milhões (dos quais US\$ 70 milhões correspondem ao Brasil). Já foram aprovados 34 projetos nas áreas de infraestrutura elétrica, habitação, educação, transportes e outras. Paraguai e Uruguai são destinatários de 80% dos recursos.

O Mercosul ampliou, desde 2003, as possibilidades de comércio com países não pertencentes ao Bloco. Na América do Sul, foram firmados acordos de livre comércio (ALC) com o Peru (ACE 58, 2005), e com Colômbia, Equador e Venezuela (ACE 59, 2004) – que, somados a outros ALCs já firmados entre as nações do subcontinente, conformou, na prática, uma Área de Livre Comércio Sul-Americana. No Caribe, foi firmado acordo com Cuba (ACE 62, 2006) e, fora da região, o Bloco firmou acordos de livre comércio com Israel (2007) e Egito (2010).

América Central e Caribe

O Brasil aprofundou, também, as relações com os países da América Central e do Caribe. Seja através da participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), seja por meio da cooperação bilateral, o Governo brasileiro tem apoiado firmemente os esforços de estabilização e desenvolvimento do Haiti. O Brasil é o principal contribuinte de tropas para a Minustah e detém o comando militar da Missão. Além disso, desenvolve ampla agenda de cooperação com o Haiti, sobretudo nas áreas de produção de alimentos, pesquisa agrícola, manejo agroflorestal, desenvolvimento social e comunitário, educação e combate à pobreza.

Desde 2004, o Brasil é observador junto à Comunidade do Caribe (Caricom). A aproximação entre os países é evidenciada pelas visitas presidenciais, pela abertura de embaixadas residentes na totalidade dos países da Comunidade, pelo fluxo de missões de cooperação à região (cerca de 9% das iniciativas prestadas pelo Brasil) e pelo aumento do intercâmbio comercial.

Em 2005, o presidente da República participou da Reunião de Cúpula da Caricom, em Paramaribo. Posteriormente, a I Cúpula Brasil-Caricom marcou a aceleração do processo de aproximação entre o Brasil e aquela Comunidade. Realizada em Brasília, no dia 26 de abril de 2010, a reunião contou com participação de alto nível, tendo comparecido o secretário-Geral da Caricom, bem como 10 dos 14 chefes de Estado da região.

A Cúpula Brasil-Caricom viabilizou avanços no diálogo político, consubstanciados na Declaração de Brasília. Foram abordados temas de grande relevância, como reforma das instituições financeiras e políticas internacionais, auxílio na reconstrução do Haiti, integração latino-americana e caribenha e intensificação da cooperação em várias áreas. A assinatura de 48 diferentes acordos bilaterais com países da Caricom conferiu impulso à cooperação mútua em diversos campos de atividade - agricultura, saúde, educação, cultura, cooperação técnica, entre outros. Ademais, a criação de mecanismo de consultas políticas também representa oportunidade para o diálogo e a coordenação de posições entre Brasil e a Caricom sobre os principais temas da agenda internacional.

Outros encontros relevantes foram a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, da qual participaram os chefes de Estado e de Governo. O Brasil teve a iniciativa de convocar a I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento, que

foi a primeira reunião de chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos não patrocinada por potências de fora da região, como é o caso de foros como a Cúpula das Américas, a Cúpula Ibero-americana e a Cúpula União Europeia-América Latina e Caribe. Na Cúpula da Unidade (Cancún, 22 e 23/02/10), que congregou a XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II Calc, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), com base na fusão do Grupo do Rio e da Calc.

Resultados

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

América do Sul

As exportações brasileiras para os países da América do Sul cresceram de US\$ 10,1 bilhões em 2003 para US\$ 27,0 bilhões em 2009 (aumento de 165,6%). O total exportado para a América do Sul em 2009 representou 17,6% das exportações brasileiras.

As importações brasileiras provenientes dos países da América do Sul cresceram de US\$ 7,6 bilhões em 2003 para US\$ 19,1 bilhões em 2009 (aumento de 149,0%). O total importado da América do Sul em 2009 representou 14,9% das importações brasileiras.

O superávit comercial do Brasil com a região passou de US\$ 2,5 bilhões em 2003 para US\$ 7,9 bilhões em 2009 (aumento de 216,2%). O saldo comercial do Brasil com a América do Sul corresponde a 31,4% do superávit comercial total do País com o resto do mundo.

Em decorrência da crise econômica e financeira internacional, o crescimento da corrente de comércio entre o Brasil e os países da América do Sul foi interrompido em 2008: houve retração de 26,5% em 2009, em relação ao ano anterior. O comércio no ano de 2010, no entanto, já mostra sinais de recuperação. As exportações para os países da América do Sul passaram de US\$ 11,1 bilhões no primeiro semestre de 2009, para US\$ 16,2 bilhões no primeiro semestre de 2010 (aumento de 46,2%). As importações cresceram de US\$ 8,4 bilhões no primeiro semestre de 2009 para US\$ 11,9 bilhões no primeiro semestre de 2010 (aumento de 40,5%).

De 2002 a 2008, a corrente de comércio entre o Brasil e os países do Mercosul apresentou forte crescimento, passando de US\$ 8,9 bilhões, em 2002, a US\$ 36,6 bilhões, em 2008. A recente crise econômica mundial teve impacto no comércio intrabloco, com a redução de 27,38% no valor das exportações brasileiras para a Argentina e de mais de 40% do saldo comercial favorável ao Brasil na balança com o Paraguai, dentre outras. Dados de 2010 indicam, não obstante, a retomada das trocas comerciais em níveis semelhantes, senão ainda maiores, do que os de 2008.

A América do Sul tornou-se o principal destino dos investimentos de empresas brasileiras no exterior. O continente é, por excelência, espaço para a expansão da produção de empresas brasileiras, favorecida pela proximidade geográfica e pelas afinidades culturais, assim como pelo desenvolvimento de acordos comerciais e de marcos regulatórios que favorecem investimentos brasileiros e a circulação de bens, serviços e mercadorias na região. A Argentina, por exemplo, tornou-se o destino preferencial para empresas brasileiras no início de suas estratégias de internacionalização. O volume total de investimentos realizados pelas empresas brasileiras na Argentina no período 1997-2008 foi de aproximadamente US\$ 9 bilhões.

América Central e Caribe

A corrente de comércio do Brasil com os países da América Central e do Caribe ainda é pequena se comparada com o intercâmbio comercial com os países da América do Sul. Tal fato decorre da pequena dimensão do mercado centro-americano e caribenho e da baixa inserção brasileira na região, cujo espaço é marcado majoritariamente pela presença de países como Estados Unidos, México, membros da União Europeia, China e Japão.

Durante o período 2002-2009, as exportações brasileiras para os países da América Central e para o México cresceram de US\$ 3,1 bilhões em 2002 para US\$ 3,6 bilhões em 2009 (aumento de 14,4%). As importações brasileiras provenientes dos países da América Central e México cresceram de US\$ 701 milhões em 2002 para US\$ 3,1 bilhões em 2009 (aumento de 344%). O intercâmbio comercial (exportações mais importações) do Brasil com os países centro-americanos e o México cresceu de US\$ 3,8 bilhões em 2002 para US\$ 6,7 bilhões em 2009 (aumento de 74,5%). Com o aumento das importações provenientes daquela região, o saldo comercial do Brasil com os países da América Central e México reduziu-se de US\$ 2,4 bilhões em 2002 para US\$ 490 milhões em 2009 (redução de 80%). O comércio no ano de 2010 mostra sinais de recuperação. O intercâmbio comercial do Brasil com os países da América Central e México atingiu US\$ 5,8 bilhões até agosto de 2010, ou 86,7 % do intercâmbio comercial do ano passado.

Durante o período 2002-2009, as exportações brasileiras para os países do Caribe cresceram de US\$ 880 milhões em 2002 para US\$ 5 bilhões em 2009 (aumento de 472,7%). As importações brasileiras provenientes dos países do Caribe cresceram de US\$ 53 milhões em 2002 para US\$ 514 milhões em 2009 (aumento de 869,80%). O intercâmbio comercial (exportações mais

importações) do Brasil com os países do Caribe cresceu de US\$ 933 milhões em 2002 para US\$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%). O superávit comercial do Brasil com os países do Caribe passou de US\$ 827 milhões em 2002 para US\$ 4,5 bilhões em 2009 (aumento de 447,6%). Até agosto de 2010, o intercâmbio comercial do Brasil com os países do Caribe Central havia atingido US\$ 4 bilhões, ou 73,3% do intercâmbio comercial do ano passado.

INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

América do Sul

Há mais de 80 financiamentos para infraestrutura na América do Sul, totalizando cerca de US\$ 10 bilhões em projetos já aprovados. Entre aqueles já financiados, destacam-se:

Argentina

- Construção e ampliação da rede de gasodutos na Argentina, aprox. US\$ 1,9 bilhão (Odebrecht, Confab);
- Exportação de 20 aeronaves EMB 190 para Austral Aerolineas, US\$ 646 milhões (Embraer);
- Aqueduto do Chaco, US\$ 180 milhões (CNO / Techint / OAS / Isolux – a licitar).

Bolívia

- Rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, US\$ 332 milhões (OAS – a licitar);
- Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro, US\$ 199 milhões;
- Rodovia Tarija-Bermejo, US\$ 179 milhões (Queiroz Galvão).

Chile

- Ampliação do metrô de Santiago, US\$ 209 milhões (Alstom);
- Apoio ao Projeto Transantiago (exportação de ônibus), aproximadamente US\$ 350 milhões (Mercedes-Benz).

Colômbia

- Exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano, US\$ 26,8 milhões (San Marino).

Guiana

- Ponte sobre o rio Tacutu, US\$ 17,1 milhões.

Paraguai

- Construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, US\$ 200 milhões.

Peru

- Ponte Assis Brasil-Iñapari, US\$ 17,1 milhões.

Uruguai

- Rede de Distribuição de Gás de Montevideú, US\$ 7 milhões (OAS).

Venezuela

- Construção e ampliação do Metrô de Caracas, aprox. US\$ 943 milhões (Odebrecht);
- Construção da Hidrelétrica La Vueltoza, US\$ 121 milhões (Alstom).

Desde 2004, três pontes foram inauguradas, uma encontra-se em estágio de conclusão e outras cinco em diferentes fases de implementação. Dos oito projetos, sete terão sido custeados pelo Brasil; apenas a ponte com a Argentina será construída com aportes dos dois países.

Ponte sobre o rio Acre (Bolívia)

- Valor: US\$ 3,5 milhões
- Estado: A ponte, que liga as cidades de Brasiléia e Cobija, foi inaugurada pelos presidentes do Brasil e da Bolívia em em 11/08/04.

Ponte Assis Brasil-Iñapari (Peru)

- Valor: R\$ 30 milhões
- Estado: A ponte, de 240m de extensão, foi inaugurada pelos presidentes do Brasil e do Peru em 21/01/06.

Ponte sobre o rio Tacutu (Guiana)

- Valor: US\$ 10 milhões
- Estado: A ponte, entre as cidades de Bonfim e Lethem, foi oficialmente inaugurada pelos presidentes do Brasil e da Guiana em 14/09/09. Trata-se da primeira conexão terrestre entre Brasil e Guiana e de parte fundamental do projeto de conexão rodoviária Boa Vista–Georgetown.

Segunda Ponte sobre o rio Paraná (Paraguai)

- Valor: R\$ 200 milhões
- Estado: O projeto básico da ponte está em estágio avançado. A construção tem por principal objetivo descongestionar o tráfego na Ponte da Amizade, ligando a BR-277 ao município paraguaio de Presidente Franco. A segunda ponte se destinará, em princípio, ao transporte de carga.

Segunda Ponte sobre o rio Jaguarão e restauração da Ponte Mauá (Uruguai)

- Valor: US\$ 51 milhões
- Estado: O DNIT já contratou uma consultora para elaborar o projeto executivo e outra para fazer os estudos ambientais necessários ao licenciamento. Os projetos executivos estão em estado avançado de elaboração e a previsão é de que a licitação para as obras das duas pontes seja lançada no 1º semestre de 2011.

Novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai (Argentina)

- Valor: Em licitação
- Estado: a Comissão Binacional preparou os termos do edital de licitação internacional para a contratação do estudo de viabilidade dos pontos alternativos para as novas pontes. O Dnit e a Secretaria de Transportes da Argentina estão fazendo os ajustes finais para o lançamento do edital. O estudo possuirá valor global máximo de US\$ 500 mil, com recursos orçamentários de ambos os países.
- Observações: o Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai – assinado em 2000 e vigente desde 18/02/04 – prevê a construção de ponte internacional unindo o Brasil à Argentina em uma das seguintes localidades: Itaqui-Alvear; Porto Xavier-San Javier; Porto Mauá-Alba Posse.

Ponte sobre o rio Mamoré (Bolívia)

- Valor : R\$ 250 milhões
- Estado: O projeto básico encontra-se em estágio avançado. A empresa de engenharia responsável realiza alterações de algumas características do projeto, de modo a reduzir os custos estimados. A licença ambiental prévia para a obra foi emitida em abril de 2010.
- Observações: Em 2007, Brasil e Bolívia firmaram acordo para a construção de ponte internacional sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, no Departamento do Beni. O acordo, já em vigor, prevê que caberá ao Brasil arcar com os custos da elaboração dos estudos, projetos e da construção da ponte e obras complementares.

Ponte sobre o igarapé Rapirrã (Bolívia)

- Valor : R\$ 250 milhões
- Estado: Em 17/7/2009, por meio do Decreto Legislativo nº 497, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo entre o Brasil e a Bolívia para a construção de uma ponte internacional sobre o igarapé Rapirrã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo. Celebrado em La Paz, em 17/12/2007, o acordo precisa ser aprovado pela Bolívia. O instrumento entrará em vigor na data de recepção da notificação boliviana.

Veja subeixo Logística de Transportes no Eixo 3.

América Central e Caribe

Nos últimos anos, o Brasil tem acentuado sua participação em grandes obras de infraestrutura nos países da América Central e do Caribe, inclusive com a concessão de crédito a empresas brasileiras que participam de projetos na região. Essas empresas brasileiras têm investimentos e interesses cada vez maiores na região. O volume de financiamentos aprovados para a América Central e Caribe já é da ordem de US\$ 2,8 bilhões.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

América do Sul

Argentina

Merecem destaque as atividades do Centro Binacional de Nanotecnologia (Cban), que já realizou dezenas de escolas binacionais, a construção conjunta do Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (Sabia-Mar) e a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital.

Uruguai

Foi assinado o memorando de entendimento para a cooperação científica, tecnológica, acadêmica e de inovação.

Bolívia/Paraguai

O Brasil está em fase de negociação de memorando de entendimento para cooperação na implantação da TV digital com os dois países.

Bolívia

Com a Bolívia, destaca-se ainda a possibilidade de formação de parceria para exploração dos chamados “recursos evaporíticos” (lítio, potássio, dentre outros) do Salar de Uyuni.

Chile

A cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e Chile foi adensada, com possível participação brasileira em projeto do telescópio E-ELT, no Chile, e adesão do Chile ao padrão brasileiro de TV digital.

Equador/Peru

Foi crescente a cooperação na área de C&T e inovação com Equador e Peru, com a adesão dos dois países ao padrão nipo-brasileiro de TV digital.

Colômbia/Venezuela

A cooperação com a Colômbia e a Venezuela tem se concentrado nas aplicações da ciência e tecnologia relacionadas às telecomunicações (principalmente TV digital e conexão por fibra ótica).

América Central e Caribe

Ademais da cooperação em curso no âmbito da Unasul, o Brasil deve se engajar nas atividades previstas no Plano de Ação de Montego Bay, firmado pelos países participantes da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc) em 6/11/2009. No instrumento, acordou-se promover intercâmbio de experiências e transferência de tecnologias relacionadas a programas de biocombustíveis e à eficiência energética. Na área de tecnologia da informação e da comunicação, assim como no campo da aviação, os países membros da Calc comprometeram-se, igualmente, a cooperar e intercambiar experiências e tecnologias.

México

O México tem sido um dos principais parceiros do Brasil. Foram assinados entre os dois países acordos interinstitucionais nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia, agropecuária, espaço e saúde, durante a visita do presidente Felipe Calderón ao Brasil, em agosto de 2009. Merece destaque a assinatura dos Protocolos de Intenções para a criação de Centros Bilaterais Virtuais de Nanotecnologia e Biotecnologia, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (Conacyt). O Centro Brasil-México de Nanotecnologia entrou em funcionamento, logo após a visita do presidente do México e, em dezembro de 2009, realizou-se encontro de cientistas, em Chihuahua, México.

Caribe

Ciência, tecnologia e inovação têm ganhado impulso também na cooperação com países caribenhos, que têm mostrado crescente interesse em intercambiar informações, técnicas e profissionais com o Brasil. O País, que acumula conhecimento e experiência em diversas áreas de relevância para países da região, como a agricultura tropical, tem buscado, ao longo dos últimos oito anos, transferir tecnologia para o Caribe. Essa política é complementar ao vetor interno de combate à pobreza e incentivo ao desenvolvimento.

SAÚDE

América do Sul

Argentina

Com a Argentina, a principal iniciativa na área de saúde foi o projeto de Fortalecimento das Farmacopeias Brasileira e Argentina, com o reconhecimento mútuo de substâncias de referência utilizadas no controle de qualidade dos medicamentos produzidos nesses países.

Uruguai

Com o Uruguai, destaca-se o Acordo para Acesso Recíproco aos Serviços de Saúde na Fronteira, que prevê o acesso recíproco de nacionais brasileiros e uruguaios a serviços de saúde nos dois lados da fronteira.

Bolívia

Com a Bolívia, destacam-se os projetos: Fortalecimento da atenção integral e vigilância epidemiológica em DST/HIV/Aids; Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno. Mediante assistência humanitária, foram enviados à Bolívia técnicos e materiais para auxiliar no combate à dengue, bem como vacinas contra a gripe AH1N1.

Paraguai

Com o Paraguai, merecem destaque a instalação do primeiro banco de leite materno naquele país e o apoio brasileiro ao fortalecimento da vigilância epidemiológica paraguaia, ambas iniciativas da cooperação técnica brasileira.

Chile

A cooperação na área de saúde foi intensificada no contexto do auxílio ao Chile por conta do terremoto de fevereiro de 2010. O assunto ganhou importância na agenda bilateral.

Equador

Foi intensa a cooperação na área de saúde entre Brasil e Equador ao longo dos últimos anos.

Peru

Nos últimos oito anos, diversas foram as iniciativas em matéria de saúde, na relação bilateral. Foram realizados projetos de cooperação técnica e instituiu-se subgrupo de trabalho específico para a região fronteira.

Outros países

As relações com Colômbia, Guiana e Venezuela no que se refere à saúde contemplam ações voltadas a fortalecer o atendimento de saúde nas fronteiras, bem como projetos de cooperação técnica em diversas áreas. Com o Suriname, a vertente da cooperação técnica tem maior destaque, pois a fronteira com o Brasil ainda é pouco habitada e pouco acessível.

América Central e Caribe

O Brasil, nos últimos oito anos, procurou contribuir com os países da América Central e do Caribe no sentido de aperfeiçoar as políticas de saúde locais. Essa contribuição teve como principal vetor a intensificação das atividades de prestação de cooperação técnica, sobretudo em áreas nas quais o Brasil possui reconhecida experiência e competência.

Desde 2003, a cooperação em saúde com o Caribe intensificou-se, tendo sido realizada de forma bilateral e trilateral. Há interesse dos governos locais em cooperação na área de produção de vacinas, de saúde bucal, de fortalecimento do sistema de saúde, de combate a epidemias, combate ao HIV, criação de bancos de leite humano e outros.

Haiti

A cooperação na área de saúde com o Haiti constitui eixo central da política externa brasileira para o Caribe. Parte importante dessa cooperação tem sido realizada em coordenação com Cuba, no marco de Memorando de Entendimento Brasil-Haiti-Cuba, assinado em 2010. No curso da ajuda humanitária brasileira pós-sismo, o Brasil prevê a aplicação de recursos na ordem de R\$135 milhões, na área de saúde haitiana. Outro destaque na cooperação em saúde com o Caribe é Cuba, que além de colaborar junto ao

Brasil no desenvolvimento da saúde no Haiti, assinou com o Governo brasileiro, desde 2003, uma série de acordos e instrumentos legais para permitir a cooperação em diversas áreas.

EDUCAÇÃO

América do Sul

Um dos três grupos de trabalho especializados (GTEs) do Coseccti é voltado para a área de educação.

Argentina

Com a Argentina, foi assinado, em 2005, Protocolo para a Promoção do Ensino do Português e Espanhol como Segundas Línguas, visando ampliar a oferta do ensino do português na Argentina e do espanhol no Brasil, especialmente nas áreas de fronteira.

Uruguai

Com o Uruguai, destaca-se a iniciativa dos Centros Técnicos Binacionais na fronteira.

Bolívia

Com a Bolívia, destacam-se a assinatura de acordo sobre educação superior, em 2007, e a implementação do projeto de cooperação para fortalecimento da oferta da educação escolar indígena na Bolívia e no Brasil, iniciado em 2008.

Paraguai

Com o Paraguai, merecem destaque a atuação da embaixada em Assunção para o fortalecimento do ensino da língua portuguesa naquele país, a concessão de bolsas graduação e pós-graduação no Brasil para estudantes paraguaios e a retomada da cooperação com o Colégio Experimental Paraguai-Brasil.

Chile

A cooperação na área de educação entre Brasil e Chile tem sido estreitada por meio de reuniões de comissão mista na matéria.

Equador

A cooperação na área de educação entre Brasil e Equador tem-se aprofundado gradualmente, com cooperação entre academias diplomáticas e universidades.

Peru

Em matéria de educação, a relação Brasil-Peru verificou uma série de iniciativas de 2003 a 2010. Além de projetos de cooperação, inaugurou-se a escola pública brasileiro-peruana.

Outros países

As relações bilaterais com Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela contemplam o intercâmbio de estudantes, inclusive por meio dos programas de estudante convênio de graduação (PEC-G) e de pós graduação (PEC-PG); cooperação técnica e ações na fronteira, especificamente no que se refere ao ensino bilíngue. O ensino de português nos Centros Culturais do Brasil nos países vizinhos tem atraído número crescente de alunos.

América Central e Caribe

Com relação ao conjunto dos países centro-americanos e caribenhos, a Declaração de Salvador (dez/2008), assinada no âmbito da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), contempla o objetivo de promover o acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de educação, assim como a promoção de serviços educacionais ligados à capacitação em matéria de proteção ambiental. No Plano de Ação de Montego Bay (06/11/2009), firmado pelos chanceleres da Calc, há metas específicas relacionadas ao treinamento e à transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação; treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima; ademais de treinamento de pessoal nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação.

Caribe

No Caribe, a cooperação educacional ganhou destaque nos últimos anos em função da assinatura de protocolos com Cuba, do compromisso brasileiro com a educação básica no Haiti (que é uma diretriz para a atuação brasileira no Fundo de Reconstrução do Haiti) e da realização da Cúpula Brasil-Caricom (abril de 2010), que elegeu a Educação como uma das prioridades da cooperação técnica.

América Central

Na América Central, estimulou-se a concessão de bolsas para que estudantes da região cursem graduação e pós-graduação no Brasil, aumentando, assim, o intercâmbio acadêmico entre o Brasil e os países da América Central. Foram assinados, ainda, acordos bilaterais de cooperação técnica na área de educação com países centro-americanos, como Guatemala, Nicarágua e Belize. Por fim, incentivou-se o ensino de língua portuguesa na região, por meio dos Centros de Estudos Brasileiros na Nicarágua, no México, no Panamá e em El Salvador.

AGRICULTURA

O Brasil tornou-se uma das principais fontes de cooperação na área agrícola. O sucesso do modelo agrícola brasileiro, principalmente em culturas tropicais, serviu de inspiração para produtores da região e permitiu maior aproximação entre os Governos.

América do Sul

Argentina

Brasil e Argentina têm buscado construir uma agenda positiva em matéria agrícola, por meio da maior coordenação entre as políticas agrícolas dos dois países e do intercâmbio regular de informações. Nesse sentido, os ministros da Agricultura dos dois países acordaram manter encontros bilaterais a cada três meses.

Uruguai

Com o Uruguai, passou-se por um processo de intensificação de trocas comerciais de produtos agropecuários. Foi superada a barreira sanitária ao frango brasileiro, ao passo que as vendas de leite e derivados uruguaios cresceram consideravelmente.

Bolívia/Paraguai

O Brasil mantém ampla pauta de cooperação técnica com Bolívia e Paraguai nas áreas da agricultura e pecuária.

Peru

Com o Peru, além de importantes projetos de cooperação, desenvolveu-se intenso diálogo entre instituições dos dois países, culminando com a assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e *Abastecimento* (Mapa) e seu correspondente peruano.

Outros países

Os temas relativos à agricultura são parte significativa dos programas bilaterais de cooperação técnica com Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela. Com a Venezuela, especificamente, a cooperação em agricultura recebeu impulso significativo com a abertura de escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Caracas, em março de 2008.

América Central e Caribe

Na América Central, a vasta experiência brasileira na produção agrícola revelou-se fator de atração para os países da região, que possuem natural vocação agrícola. O grande destaque da atuação brasileira é a instalação da Embrapa Américas no Panamá. Instalada na Cidade do Saber, caberá à Embrapa Américas apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências, à segurança alimentar e à garantia da pauta de exportação, entre outros pontos, no México, América Central, Caribe e Região Andina. Esta extensão da Empresa atuará em três pilares: plataforma de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e negócios tecnológicos. O início das atividades da Embrapa Américas também propiciará acompanhamento mais próximo das atividades de cooperação já em curso na região. Desde 2003, foram celebrados, com países do Caribe, cerca de 40 acordos de cooperação na área agrícola, a maioria com Cuba, Jamaica e Haiti.

ENERGIA

No tocante às iniciativas bilaterais, registrem-se, entre outras:

América do Sul

Argentina

- Empreendimentos no rio Uruguai/Pepiri-Guaçu: Conclusão dos estudos de inventário no trecho limítrofe do Rio Uruguai resultou na seleção de dois aproveitamentos hidroelétricos, um em Garabi, à quota de 89 metros sobre o nível do mar (msnm), e outro em Panambi, à quota de 130 msnm.
- Intercâmbio de energia: desde 2009 o intercâmbio de energia entre os países passou a ser regulado por um memorando de entendimento.

Uruguai

- Interconexão elétrica – projeto da linha de transmissão já foi aprovado no Focem e recursos deverão ser liberados em breve. Eletrobrás construirá o trecho brasileiro da obra (60km). Previsão de duração: 36 meses.

Paraguai

- Acordo, por Troca de Notas, de 8/12/2005, aumentou o fator de multiplicação do pagamento da energia cedida ao Brasil, de 4 para 5,1.
- Acordo por Troca de Notas, de 1º/9/2009, aumentou o fator de multiplicação do pagamento da energia cedida ao Brasil, de 5,1 para 15,3 (pendente de aprovação do Congresso Nacional).
- Decisão CMC nº 07/10 aprovou projeto para a construção de linha de transmissão de 500 kV entre Itaipu-Margem Direita e Villa Hayes (próximo a Assunção), por meio do Focem, com recursos de contribuições ordinárias e voluntárias brasileiras.

Bolívia

- No que concerne à crise do gás, a atuação brasileira possibilitou a assinatura de novos contratos de exploração dos campos de gás operados pela Petrobras (19/10/2006) e de contrato de compra e venda das duas refinarias (25/6/07). Assegurou-se, assim, a manutenção das operações da Petrobras na Bolívia, bem como a rentabilidade de seus investimentos.
- Assinatura de ajuste complementar para implementação do Projeto Legislação dos Recursos Hídricos (2003)
- Assinatura de memorando de entendimento em Matéria Energética entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia (2007).

Chile

- A Petrobras passou a responder por 16% do mercado varejista chileno e 7% do setor industrial de combustíveis no Chile
- Previsão de envio de missão técnica para tratar com as autoridades chilenas sobre bicompostíveis ainda em 2010.

Equador

- Aumento da produção de petróleo equatoriana e construção da Hidrelétrica de San Francisco.

Peru

- Incremento da produção energética peruana;
- Melhoria na infraestrutura para transmissão de energia;
- Aumento da utilização de combustíveis renováveis.

Venezuela

- Empreendimentos da Petrobras em conjunto com a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)
- Interconexão elétrica na fronteira com Roraima (“Linhão de Guri”);
- Atividades de cooperação bilateral intensificadas em 2009 e 2010, em função da crise na geração elétrica na Venezuela.

Outros países

Projetos de cooperação técnica na área de biocombustíveis.

América Central e Caribe

O Brasil, nos últimos anos, tem atuado na promoção dos biocombustíveis em países centro-americanos e caribenhos, não apenas como fonte de energia limpa, mas também por seu potencial de geração de emprego e renda, e na viabilização de novos projetos hidrelétricos. Entre os acordos firmados, destaca-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre biocombustíveis, que prevê cooperação com Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis.

A energia foi considerada tema prioritário no acordo entre o Brasil e a Comunidade Caribenha (Caricom). Projetos foram implementados em países como Haiti, República Dominicana, Cuba. Resultados a curto prazo já começam a sentir-se, como a produção de mais megawatts em alguns desses países. No médio prazo, a cooperação energética em curso nos últimos cinco anos contribuirá para diminuir a dependência de Cuba do petróleo e carvão; aumentar a geração de energia na República Dominicana; e prover crescimento sustentado ao Haiti. No setor hidrelétrico, o resultado mais significativo, até agora, é o projeto da hidrelétrica de Tumarín, na Nicarágua. A concretização desse projeto servirá como modelo e incentivo para novas ações brasileiras na região.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O êxito dos programas sociais brasileiros, como o Fome Zero, tem despertado o interesse dos países da América do Sul, Central e Caribe. Por meio principalmente da atuação da Agência Brasileira de Cooperação, o Governo brasileiro desenvolve diversos projetos de cunho social, voltados para diferentes formas de combate ao subdesenvolvimento. Ressaltem-se, entre outras iniciativas:

América do Sul

Argentina

Além das plenárias regulares do Instituto-Social Brasil-Argentina (Isba) e da troca de informações em políticas de desenvolvimento social, foi realizado em 2005 Seminário sobre Segurança Alimentar e Alimentação Escolar em Cidades de Fronteira e em 2006 Seminário sobre Melhores Práticas em Políticas de Infância, Adolescência e Família.

Uruguai

Fechado convênio que dispensa cidadãos de baixa renda do pagamento de taxas para obtenção do documento especial de fronteiro.

Paraguai

Assinatura dos seguintes atos:

- Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área do Desenvolvimento Agrário (29/3/2004);
- Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina (23/11/2006);
- Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto Capacitação em Políticas Públicas para o Desenvolvimento (3/5/2010).

Além disso, o Brasil doou 28 toneladas de alimentos para os flagelados da seca no Chaco paraguaio em 2008. Também doou US\$ 100 mil para a compra de alimentos da agricultura familiar paraguaia, em benefício de vítimas da seca no Chaco e das inundações no Alto Paraná, em 2009. Em 2010, o Paraguai foi incluído como beneficiário de cooperação triangular do Projeto Brasil-Espanha para a construção de cisternas.

Bolívia

Assinatura de Ajustes Complementares de Apoio ao Programa Multissetorial Desnutrição Zero (2007) e de Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano (2008).

Chile

Foi criado Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Bilateral Brasil-Chile para tratar do assunto. Iniciou-se projeto de cooperação técnica voltado para famílias de baixa renda.

Equador

Desenvolveram-se atividades de formação de fiscais do Trabalho equatorianos; *workshop* sobre oportunidades de comercialização para produtos da biodiversidade.

Peru

Conferência bilateral sobre temas sociais; ampliação do Programa Juntos, com base na experiência do Programa Bolsa Família.

Venezuela

No encontro presidencial Brasil-Venezuela de 28/4/2010, foi assinado memorando de entendimento entre os ministérios encarregados de políticas para as mulheres no Brasil e na Venezuela sobre a criação de centros de atendimento a mulheres migrantes na fronteira entre os dois países. Os dois centros (em Pacaraima-RR e Santa Elena de Uairén-Venezuela) já estão sendo instalados. A Reunião do “gabinete social” realizada em Brasília, em julho de 2010, elaborou o Primeiro Plano de Ação Social Brasil-Venezuela, assinado no encontro presidencial de 6/8/2010, que contempla ações específicas no que se refere a: direitos humanos, educação, políticas para as mulheres, proteção social e saúde e direitos humanos.

América Central e Caribe

Na América Central, El Salvador é o parceiro principal do Brasil, com ênfase no método de transferência de rendas, políticas de segurança alimentar, políticas de assistência social e na avaliação e monitoramento de ações e programas sociais. Destacam-se na região, também, o Projeto Viviendas de Interés Social, cuja finalidade é conhecer as alternativas de financiamento de moradias para famílias de baixa renda no Brasil e determinar sua viabilidade às condições da Nicarágua e o Programa *Hambre Cero*, também na Nicarágua, inspirado no Fome Zero brasileiro.

No Caribe, os maiores parceiros do Brasil em projetos de promoção de desenvolvimento social são Cuba e Haiti. Os campos de atuação são variados, como alfabetização de jovens e adultos (Cuba); fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional (Haiti); combate à violência contra as mulheres (Haiti). Este último projeto conta com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde do Brasil como instituições responsáveis pela execução das atividades, que visam contribuir para a prevenção da violência contra a mulher e para a eficácia no tratamento das mulheres vitimadas.

B) AMÉRICA DO NORTE, EUROPA, ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA**América do Norte****EUA**

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos beneficiaram-se da ampliação das iniciativas conjuntas e de um abrangente diálogo político bilateral. Parcerias inovadoras nas áreas de direitos humanos, energia, meio ambiente, comércio e cooperação em terceiros países fizeram com que a agenda política Brasil-EUA fosse significativamente ampliada.

Diálogo de Parceria Global

O ministro Celso Amorim e a secretária de Estado Hillary Clinton instituíram, em março de 2010, o Diálogo de Parceria Global entre seus respectivos ministérios, que visa a fomentar discussões sobre as agendas bilateral, regional e global, com reuniões anuais, alternadamente nos dois países.

OEA

Com relação à Organização dos Estados Americanos (OEA) e às edições da Cúpula das Américas, a atuação do Brasil no período entre 2003 e 2010 desenvolveu-se com vistas ao fortalecimento da democracia, à defesa dos direitos humanos e à promoção do desenvolvimento.

Cuba

O Brasil desempenhou papel de relevo em episódios importantes das relações interamericanas. Na 39ª Assembleia-Geral da OEA (San Pedro Sula, junho de 2009), por exemplo, foi aprovada resolução apresentada pelo Brasil que, após 47 anos, revogou a exclusão do Governo de Cuba da OEA. A proposta de resolução fazia menção aos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção e excluía referências que pudessem ser interpretadas como condicionalidades, o que viabilizou o consenso.

Honduras

Registre-se, ainda, que, em razão do golpe de Estado em Honduras, foi aprovada, na madrugada de 5/7/2009, em sessão plenária da Assembleia-Geral da OEA, resolução que, nos termos do artigo 21 da Carta Democrática Interamericana, determinou a suspensão imediata do direito de Honduras de participar da Organização. Foi a primeira vez que se invocou a Carta Democrática Interamericana para tratar da ruptura da ordem constitucional em estado membro. O Brasil considera essencial que o retorno de Honduras à OEA esteja condicionado à consolidação do processo de reconciliação nacional, o que inclui a possibilidade de o presidente Manuel Zelaya retornar à vida política hondurenha, em pleno gozo de seus direitos e prerrogativas.

CÚPULA DAS AMÉRICAS

No período 2003-2010, ocorreram duas edições da Cúpula das Américas. A IV Cúpula (Mar Del Plata, novembro de 2005) tinha o objetivo original de referendar o resultado das negociações comerciais iniciadas em 1994, em Miami, para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o que não ocorreu. A Declaração de Mar del Plata refletiu a divergência entre os países que defendiam a retomada das negociações comerciais e os países do Mercosul e a Venezuela, que, por reconhecerem a existência de dificuldades para o bom andamento das negociações, entendiam que não estavam ainda dadas as condições necessárias para que se lograsse um acordo de livre-comércio verdadeiramente equitativo. A V Cúpula das Américas foi realizada em Trinidad e Tobago, em abril de 2009, e salientou a centralidade dos temas sociais e a existência de importantes consensos em matéria de energia e sustentabilidade ambiental.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Observou-se notável dinamismo nas relações econômicas. Ao mesmo tempo em que os EUA seguem sendo um dos nossos mais importantes parceiros comerciais e o principal investidor no País, o Brasil tornou-se mais relevante para os EUA, como fonte de investimento e mercado para suas exportações.

As exportações brasileiras para os EUA continuam sendo significativas, mas o Brasil não depende excessivamente do mercado norte-americano. Nossas exportações são distribuídas de forma equilibrada para distintos mercados em todo o mundo. Em 2009, os EUA absorveram 10,2% das nossas exportações, o que equivaleu, aproximadamente, à participação dos países do Mercosul em nossa pauta, que foi de 10,3%. Por outro lado, o mercado brasileiro torna-se cada vez mais relevante para os EUA, sendo o décimo destino de suas exportações e responsável por um de seus superávits mais significativos no mundo.

Os EUA continuam sendo o principal investidor estrangeiro no Brasil, mas o Brasil também passou a investir pesadamente na economia estadunidense. Em 2001, o fluxo anual de investimentos dos EUA para o Brasil era 21 vezes maior do que o fluxo do Brasil para os EUA. Em 2008, essa proporção caiu para menos de 2 para 1, tendo sido registrados US\$ 7 bilhões em investimentos estadunidenses no Brasil e US\$ 4,8 bilhões em investimentos brasileiros naquele país.

O Fórum Brasil-EUA de Altos Executivos (CEO Fórum) tem-se mostrado mecanismo útil para promover e diversificar o comércio bilateral e os investimentos mútuos. Além disso, o Fórum vem dedicando atenção a formas criativas para incrementar o apoio do setor privado às atividades de educação e capacitação profissional no Brasil. Desde sua criação, em março de 2007, o Fórum já realizou cinco encontros: Brasília, outubro de 2007; Washington, abril de 2008; São Paulo, outubro de 2008; Washington, julho de 2009; e Denver, julho de 2010.

ENERGIA

Os dois países reconheceram o grande potencial de cooperação existente no setor de energia, particularmente no campo dos biocombustíveis. O tema converteu-se em importante eixo do relacionamento entre Brasil e EUA, ensejando ações conjuntas nos âmbitos bilateral, trilateral, regional e global. Como desdobramento do memorando de entendimento sobre Biocombustíveis, assinado em 2007, foram concluídos, entre 2009 e 2010, estudos de viabilidade técnica e econômica sobre a produção de etanol nos seguintes países: Haiti, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Guatemala, Senegal e El Salvador. Esses estudos foram submetidos aos governos dos respectivos países, com propostas concretas de implantação de projetos de produção de etanol, incluindo alternativas de financiamento.

EDUCAÇÃO

Na área da Educação, destacam-se a assinatura do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade, em março de 2008, que possui forte ênfase educacional, e o aprofundamento dos programas de financiamento à graduação e à pós-graduação, substancializado no Programa Capes-Fipse.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em ciência e tecnologia, estabeleceu-se uma Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica, que já realizou duas reuniões (julho de 2006 e novembro de 2009).

AGRICULTURA

Com relação ao setor agrícola, vale registrar que Brasil e EUA firmaram, em junho de 2010, o Acordo para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão, em decorrência da vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC) (WT/DS267). O acordo prevê, entre outras medidas, a criação de um Fundo, gerido pelo Instituto Brasileiro do Algodão, que receberá recursos periódicos dos Estados Unidos, como medida compensatória aos subsídios praticados por esse país à sua produção e exportação do produto.

SAÚDE

Os dois países desenvolveram, também, importante atividade de cooperação trilateral na área de saúde, para o combate à malária em São Tomé e Príncipe e para o combate ao vírus HIV em Moçambique, iniciativas que tiveram início durante visita do presidente da República aos EUA, em 2007, e são objeto de dois memorandos de entendimento, assinados em 2008 e 2010. No caso de Moçambique, encontra-se em fase avançada de negociação entendimento sobre o fortalecimento das iniciativas de cooperação, com definição de projeto que prevê o aporte de US\$ 3 milhões pela *United States Agency for International Development* (USAID), com contrapartida de US\$ 800 mil pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

DEFESA

Brasil e EUA firmaram acordo de cooperação em matéria Defesa, em abril de 2010, cujos objetivos são os de aperfeiçoar o abrigo institucional à cooperação existente, fortalecer o diálogo entre os dois países e abrir novas perspectivas de interação, em bases equilibradas e mutuamente benéficas. Trata-se de acordo genérico, que segue modelo brasileiro de acordo de cooperação bilateral na matéria. A esse respeito, o Brasil tomou a iniciativa de estabelecer diálogo com cada um dos países-membros da Unasul, em março de 2010, para explicar aos países sul-americanos os objetivos e o escopo do acordo bilateral com os EUA.

Canadá

O Canadá tornou-se um dos principais destinos do investimento externo brasileiro e parceiro comercial de crescente relevância.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O fluxo comercial Brasil-Canadá, embora ainda considerado aquém das possibilidades, é equilibrado (geralmente com superávit a favor do Brasil), diversificado (com ênfase no comércio de manufaturados), e vem crescendo em ritmo acelerado (o intercâmbio saltou de US\$ 1,7 bilhão, em 2003, para US\$ 5 bilhões, em 2008). O estoque de investimentos do Brasil no Canadá (US\$ 6,3 bilhões) ultrapassou o estoque canadense no Brasil (US\$ 5,6 bilhões), o que é emblemático do equilíbrio que vem sendo alcançado nas relações entre os dois países.

Europa

As relações do Brasil com o continente europeu são tradicionalmente densas e se intensificaram muito nos últimos anos. O relacionamento se desenvolve em múltiplas vertentes, conforme indicado a seguir.

DIÁLOGO POLÍTICO

O diálogo político de alto nível entre o Brasil e os países europeus se desenvolveu nas muitas visitas bilaterais realizadas de parte a parte - e também por meio dos mecanismos de cúpulas inter-regionais existentes.

O Brasil tem participado regularmente das seguintes reuniões de cúpula a envolver grupos de países europeus:

CÚPULAS BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

O Brasil e a União Europeia estabeleceram a Parceria Estratégica por ocasião da I Cúpula (Lisboa, julho de 2007), como resultado do aprofundamento de suas relações políticas e econômicas. Na II Cúpula (Rio, dezembro de 2008), foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica, que contém propostas concretas de diálogos setoriais e ações conjuntas para o triênio 2009-2011 nas seguintes áreas: promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria

econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis.

Na III Cúpula (Estocolmo, outubro de 2009), foram tratados temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos diálogos setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo, por meio dos diálogos já existentes, que já somam 19 – aos quais ainda se somarão os diálogos sobre a promoção da igualdade de gênero e sobre a cooperação judiciária e apoio a processos eleitorais. Durante a IV Cúpula (Brasília, julho de 2010), que celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (1960), foi dado seguimento ao diálogo sobre os temas supramencionados e foram assinados o acordo sobre certos aspectos da aviação civil e o acordo sobre segurança da aviação. Em paralelo às cúpulas, sempre são realizados encontros empresariais brasileiro-europeus.

CÚPULAS AMÉRICA LATINA/CARIBE-UNIÃO EUROPEIA

O diálogo político entre os países de América Latina e Caribe e da União Europeia começou a ser estruturado a partir da realização da primeira reunião entre a então Comunidade Econômica Europeia e o Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela), em San José (Costa Rica), em 1984, como apoio ao processo de paz então em curso na América Central. Com a posterior formação do Grupo do Rio, em 1986, foi institucionalizado o diálogo político entre os chanceleres dos países membros do grupo com seus interlocutores europeus.

A I Cúpula América Latina/Caribe-União Europeia realizou-se no Rio de Janeiro, em 1999. Desde então, ocorreram outras cinco: Madri (2002), Guadalajara (2004), Viena (2006), Lima (2008) e Madri (2010). Seus objetivos principais têm sido fortalecer o diálogo institucional inter-regional; promover os valores da democracia e dos direitos humanos; abordar, de maneira conjunta, desafios à paz e à segurança internacionais; e aprofundar as relações econômicas entre as regiões.

CÚPULAS IBERO-AMERICANAS

O reconhecimento político da existência de um espaço comum ibero-americano consagrou-se em 1991, quando os chefes de Estado e de governo dos países ibero-americanos, reunidos em Guadalajara (México), decidiram estabelecer um foro de diálogo, entendimento político e cooperação para o desenvolvimento: a Conferência Ibero-Americana.

O espaço ibero-americano é integrado por 22 países de língua espanhola e portuguesa, sendo 19 latino-americanos e três da Península Ibérica (Andorra, Espanha e Portugal). Integram a Conferência Ibero-Americana, na condição de observadores associados: Bélgica, Filipinas, França, Itália, Marrocos, Países Baixos. A candidatura de Guiné Equatorial está sendo analisada. Além de laços históricos comuns, os países compartilham afinidades históricas, culturais e linguísticas. Na I Cúpula de Guadalajara, acordou-se a realização de Cúpulas anuais, com o intuito de promover a coordenação política entre os países ibero-americanos, para fazer avançar projetos de cooperação em áreas de interesse comum.

A coordenação dos trabalhos da Conferência Ibero-Americana é realizada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, criada em 2003. Alguns importantes resultados alcançados no âmbito da Conferência Ibero-Americana desde 2003 foram:

- Plano Ibero-Americano de Alfabetização, com o objetivo de universalizar a alfabetização na região, no menor tempo possível e em qualquer caso antes de 2015.
- Programa Ibero-Americano de Bancos de Leite Humano, cujo objetivo é apoiar a implantação de pelo menos um banco de leite humano em cada país ibero-americano, como um espaço para o intercâmbio do conhecimento e de tecnologia no campo da lactância materna, trabalhando para a redução da mortalidade infantil.
- Convenção Ibero-Americana de Segurança Social, incorporada ao arcabouço jurídico brasileiro em novembro de 2009, a estabelecer que os períodos de descontos de um trabalhador em um estado-parte são contabilizados para a atribuição de pensões em outros estados-partes.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Europa se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio comercial Brasil-Europa saltou de US\$ 36 bilhões, em 2003, para US\$ 74 bilhões, em 2009, o que posiciona o continente europeu como o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás da Ásia e pouco à frente da América Latina e Caribe. Registrou-se aumento das exportações de produtos agropecuários do Brasil para a Europa e incremento das parcerias para intercâmbio de tecnologia agrícola.

Quatro dos cinco maiores investidores no Brasil em 2009 foram europeus (Países Baixos, Espanha, Alemanha e França, que, juntos, responderam por 45% do ingresso de capital estrangeiro no Brasil naquele ano). O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, que em 2000 alcançava cerca de US\$ 61 bilhões, chega a quase US\$ 200 bilhões atualmente. No que se refere a investimentos em infraestrutura, ressaltam-se:

- O avanço das obras da ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, entre o Amapá e a Guiana Francesa (com inauguração prevista para dezembro de 2010)
- O início das obras de construção do Sítio de Lançamento de Alcântara, em 2010, em parceria com a Ucrânia.
- A inauguração do voo direto Brasília-Lisboa, em 2007, contribuiu para facilitar o fluxo de viajantes entre o Brasil e a Europa.

SAÚDE

O Brasil celebrou acordos na área de saúde com diversos parceiros europeus. Destaca-se o estabelecimento de parceria com a Ucrânia sobre transferência de tecnologia para produção de insulina no Brasil [entre o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - e a empresa ucraniana Indar].

EDUCAÇÃO E CULTURA

Foram celebrados o Ano do Brasil na França (2005) e o Ano da França no Brasil (2009), que envolveram cerca de 560 projetos culturais. Foi também realizada, com apoio de Portugal, a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Brasília, em 2010).

ENERGIA

Com as descobertas de petróleo na camada pré-sal, abriram-se novas possibilidades de cooperação, por conta das necessidades de bens e equipamentos para a indústria do petróleo e de gás natural no Brasil. A projetada expansão da fonte nuclear em nossa matriz energética e a possibilidade de construção de novas usinas nucleares até 2030 criam a perspectiva de participação de países europeus detentores de *expertise* nuclear. Os países europeus têm demonstrado grande interesse nos avanços alcançados pela política energética brasileira, sobretudo no campo dos biocombustíveis. Diante desses interesses comuns, o Brasil celebrou acordos de cooperação na área de energia com diversos parceiros europeus.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Brasil firmou Planos de Ação em Ciência e Tecnologia com Suíça (2009), Espanha (2008) e Reino Unido (2006). Com este último país, celebrou ainda o Ano Brasil-Reino Unido de Ciência e Inovação (março/2007 a março/2008). Com a Ucrânia, foi acordada a utilização do Veículo de Lançador de Satélites Cyclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara. Ressalte-se ainda a realização do primeiro voo ao espaço de astronauta brasileiro - Marcos César Pontes -, em 2006, em cooperação com a Rússia.

DEFESA

No momento em que busca redimensionar o papel das Forças Armadas e revitalizar o complexo industrial-militar nacional, ao amparo da Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil buscou aproveitar as potencialidades das relações com os países europeus nessa área, tendo assinado acordos de cooperação na área da defesa com Turquia (2003), Ucrânia (2003), Portugal (2005), França (2005 e 2008), Espanha (2007), Rússia (2008 e 2010), Itália (2008 e 2010), República Tcheca (2010). Ressalte-se que, nos acordos assinados com a França, está previsto o fornecimento de tecnologia de submarinos convencionais do tipo *Scorpène*, bem como de submarino com armamento convencional destinado a receber um reator nuclear e seus sistemas associados, desenvolvidos pela parte brasileira.

C) ÁFRICA

A aproximação com a África é uma das principais vertentes da política externa brasileira desde 2003, e se coaduna com a prioridade conferida ao Sul pela ação diplomática do Governo. Com seus parceiros africanos, o País engendrou esforços pioneiros em matéria de concertação político-diplomática, investimentos diretos e cooperação técnica.

Trata-se de política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: o acesso a novos mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil.

VISITAS OFICIAIS

A grande intensificação do ritmo de visitas oficiais entre autoridades brasileiras e africanas demonstra a ênfase que nossa política externa confere, desde 2003, à África. No decorrer de seus dois mandatos, o presidente da República realizou 33 viagens ao continente, onde esteve em 23 países – em muitos casos, tratou-se da primeira visita de um chefe de Estado brasileiro. No sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações.

As visitas também foram frequentes em nível ministerial. Entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, o ministro das Relações Exteriores visitou a África 66 vezes, participando de reuniões e eventos oficiais em 25 diferentes países. Chanceleres africanos, representando 32 Estados, vieram 62 vezes ao Brasil.

CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA

A criação da Cúpula América do Sul-África (ASA) é expressão mais visível da aproximação política, econômica e cultural entre as duas regiões. Trata-se de inovador mecanismo que congrega os chefes de Estado e de Governo dos 65 países dos dois continentes, além de representantes da Unasul e da União Africana (UA). Inicialmente proposta por ocasião de visita do presidente da República à Nigéria, em 2005, a Cúpula ASA já se realizou duas vezes em seu nível mais alto: em Abuja (Nigéria), em novembro de 2006, e na Isla Margarita (Venezuela), em setembro de 2009. Além disso, já foram realizadas reuniões de chanceleres, demais ministros e altos funcionários em diversos setores de governo, como comércio, exterior, energia, transportes, ciência e tecnologia, governança, temas sociais e esportes, entre outros.

A ASA tem oito grupos de trabalho temáticos, dos quais quatro foram inaugurados em reuniões sediadas pelo Brasil. Em especial, a I Reunião de Altos Funcionários da ASA, que ocorreu em Brasília, em junho de 2008.

RELAÇÕES BRASIL-UNIÃO AFRICANA

Inserir-se neste contexto a aproximação entre o Brasil e a União Africana (UA), organização regional criada em 2002 e que congrega 53 Estados interessados em acelerar o processo de integração política, econômica e social do continente africano. A UA tem atuado de forma bastante ativa na mediação e prevenção de conflitos locais, como nos casos da Somália e do Sudão. Em 2004, o Brasil reabriu sua Embaixada em Adis Abeba, capital etíope e sede da UA, e desde então vem acompanhando as atividades da Organização. Em julho de 2009, o presidente brasileiro participou, na condição de convidado especial, da XIII Cúpula dos chefes de Estado da União Africana, realizada em Sirte (Líbia). Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas de agricultura e desenvolvimento social, o que contempla setores como saúde, cultura, esporte e proteção social, dentre outros. O incremento das relações com a UA tem por objetivo facilitar a cooperação entre o Brasil e os países membros do organismo.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Outro espaço importante para a diplomacia africana do Brasil é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Cplp), que reúne os oito Estados que adotam oficialmente o idioma português, dos quais cinco se situam na África. Os países lusófonos recebem praticamente metade dos recursos destinados pelo Brasil à cooperação técnica, sobretudo em áreas como a agricultura tropical e o combate ao HIV-Aids, nas quais a experiência brasileira é reconhecida. Com protagonismo brasileiro, a Cplp desempenhou papel central na solução de crises institucionais no Timor Leste (2006 e 2008) e na Guiné-Bissau (2009 e 2010), além de enviar observadores que monitoraram eleições em diversos países lusófonos. A organização também se ocupa da difusão mundial da língua portuguesa. O Brasil possui Delegação Permanente junto à Cplp desde 2006.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Tais iniciativas políticas rendem frutos econômicos ao Brasil. Uma consequência basilar é a grande expansão do intercâmbio comercial entre Brasil e África, que quintuplicou em apenas seis anos, registrando crescimento de US\$ 5 bilhões em 2002 para quase US\$ 26 bilhões em 2008. Se contemplada como um todo, a África é, hoje, o quarto maior parceiro comercial do Brasil, à frente de tradicionais potências econômicas como Alemanha, Japão e França. Do total de importações brasileiras, 9% são oriundas da África; e das exportações de produtos nacionais, 5% se dirigem aos mercados africanos.

Empresas brasileiras já estão entre as principais investidoras em países africanos. No mercado líbio, por exemplo, firmas do País detêm uma carteira de investimentos de mais de US\$ 6 bilhões. A presença brasileira também é forte nos setores de mineração – a Vale opera em quase todos os países do continente – e de energia, neste caso por meio da Petrobras, atuante em Angola, Líbia, Namíbia, Tanzânia e principalmente na Nigéria.

Investimentos brasileiros possibilitaram, ainda, significativas melhorias na infraestrutura física da África. Empreiteiras como Andrade Gutierrez, ARG, Queiroz Galvão e Odebrecht, em alguns casos com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex), desenvolveram obras rodoviárias no Camarões, na Guiné, na Argélia, na Mauritânia e em Gana; portos e aeroportos na Líbia, em Moçambique e no Djibuti; e uma rede de metrô em Trípoli, capital da Líbia.

SAÚDE

A cooperação em saúde é particularmente bem-sucedida. O Brasil mantém 53 atos bilaterais com 22 países africanos relativos ao tema, contemplando projetos de auxílio ao combate a doenças como a malária e o HIV/Aids. Duas iniciativas significativas de cooperação brasileira em saúde se deram em Moçambique: a instalação de um escritório regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2008, e a abertura de uma fábrica para a produção de medicamentos antirretrovirais, com inauguração prevista para novembro de 2010. Além disso, o Brasil treinou técnicos em saúde de países como Angola, Zâmbia e Madagascar, e estabeleceu cooperação no diagnóstico da anemia falciforme em Angola, Benin, Senegal e Gana.

EDUCAÇÃO

O Brasil também fortaleceu seus projetos de cooperação educacional com a África, sobretudo por meio do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem, respectivamente, vagas para graduandos e para pós-graduandos oriundos de países em desenvolvimento em universidades públicas brasileiras. Graças ao PEC-G, o Brasil se tornou o país que mais oferta vagas a universitários da República Democrática do Congo – 250 congolezes foram selecionados desde 2003. Ao todo, 4.300 estudantes da graduação de 20 países africanos, além de 237 pós-graduandos de 14 nações da África, vieram estudar no Brasil com o amparo desses programas entre 2003 e 2010.

Outra iniciativa de destaque é a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), criada em 2010, com sede em Redenção, Ceará. A Unilab recebe estudantes e professores oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) – Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau), além de Timor-Leste. A universidade conta com currículos voltados às necessidades específicas das nações africanas, como a formação de professores, a gestão pública e o desenvolvimento agrário.

Complementando a cooperação educacional, o Brasil presta apoio à formação profissional de seus parceiros africanos. Desde 2003, o Instituto Rio Branco assinou memorandos e acordos de cooperação com academias diplomáticas de Marrocos, Egito e Quênia. Em associação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Centros de Formação Profissional foram instalados em países como Angola, Zâmbia, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Profissionais africanos das áreas de esportes, meio ambiente e justiça eleitoral, dentre outras, também foram beneficiados pela cooperação brasileira.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Parcerias em ciência, tecnologia e inovação motivaram oito instrumentos jurídicos entre o Brasil e Estados africanos entre 2003 e 2010. Concretamente, o Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica) que financia, desde 2004, pesquisas com especialistas africanos. Gerenciado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o programa financiou 151 projetos, com um investimento acumulado de R\$ 5,62 milhões, entre 2005 e 2008. No continente, a cooperação científica brasileira com a África do Sul é particularmente avançada; envolve biotecnologia, ciências espaciais e astronomia, nanotecnologia e inovação, além da decisão de criar um satélite próprio do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas).

ESPORTES

Área de forte projeção brasileira na África é a cooperação esportiva. Nos últimos anos, 21 atos e acordos foram assinados entre Brasil e países africanos na matéria. Amistosos de equipes brasileiras de futebol contra selecionados do Botsuana (2008), do Zimbábue e da Tanzânia (ambos em 2010) salientaram a presença do esporte brasileiro no continente. Atletas e profissionais esportivos de países como Tanzânia, Zâmbia e Libéria receberam treinamento no Brasil, e projetos de inserção social por meio do esporte em Angola, Botsuana e Moçambique foram beneficiados pelo apoio brasileiro.

TRANSPORTES

Para fomentar a conectividade e o fluxo de pessoas e bens entre Brasil e África, o Governo também tem negociado acordos de serviços aéreos com países africanos – seis foram assinados entre 2003 e 2010, o que facilita a criação de rotas aéreas diretas entre as duas regiões. Companhias aéreas já realizam voos diretos do Brasil para Joanesburgo (África do Sul), Praia (Cabo Verde) e Luanda (Angola).

AGRICULTURA E PESCA

Em razão do caráter agrícola da maioria das economias africanas, e das semelhanças agroecológicas e climáticas entre Brasil e África, a cooperação em agricultura tem sido um dos eixos da diplomacia africana do Brasil. Mais de 50 instrumentos jurídicos internacionais, com 18 países africanos, foram firmados na matéria desde 2003. A criação do escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Acra (Gana) e a inauguração de fazenda-modelo de produção de algodão no Mali são outras iniciativas bastante visíveis. A unidade agrícola no Mali, instalada pela Embrapa a partir de 2006, serve a Benim, Burkina Faso, Chade e Mali – os chamados *Cotton-4*, países de vocação cotonicultora prejudicados pelos subsídios ao algodão praticados por países desenvolvidos.

Por ocasião do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, evento realizado em Brasília em 2010, ministros e autoridades de 45 países africanos puderam reforçar suas parcerias com o Brasil em matéria de cooperação agrária e desenvolvimento rural.

Ciente do potencial de cooperação em matéria de pesca, desde 2007 o Brasil firmou memorandos de entendimento e iniciou projetos de cooperação em aquicultura com Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Congo e Camarões.

ENERGIA

Em matéria de energia, as necessidades africanas e as potencialidades brasileiras são complementares, o que permite iniciativas conjuntas. No Sudão e no Zimbábue, usinas brasileiras de etanol foram instaladas, e outras estão previstas para Gana e Angola. Projetos envolvendo biocombustíveis, a exemplo de uma parceria trilateral Brasil-Suécia-Tanzânia para beneficiar esta última, ganham projeção na África.

DEFESA

Por fim, a urgência de se aproximar da África em matéria de Defesa não fugiu à atenção do Governo Federal, que firmou acordos de cooperação nessa área com sete países africanos entre 2003 e 2010. Em Guiné-Bissau, o Brasil criou um Centro de Formação de Forças de Segurança, com investimento de US\$ 3 milhões, e está instalando a Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar. O Brasil também apoiou a criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, com 600 militares, e doou embarcações e uniformes para as marinhas de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Namíbia, além de colaborar para a reforma do setor de Segurança e Defesa bissau-guineense. Aviões Tucano foram vendidos para Angola. Com a África do Sul, está sendo desenvolvido um novo modelo de míssil ar-ar (Projeto A-DARTER), com investimento brasileiro de US\$ 50 milhões. Coroando tais esforços, em 2005 o Brasil apoiou o relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), um foro multilateral que fomenta parcerias em segurança, combate ao crime organizado, operações de paz e pesquisas científicas e ambientais.

Oriente Médio

A ampliação das relações com a região insere-se na diversificação das relações externas do País com vistas a consolidar novas geometrias políticas e econômicas, em momento de busca de adequação das instâncias de governança global. O Brasil mantém vínculos com a região:

- étnicos e culturais, decorrentes da migração
- econômicos, pela grande complementaridade dos mercados
- políticos, pelo histórico de defesa de posições convergentes em temas relativos ao mundo em desenvolvimento.

VISITAS OFICIAIS

Foi expressiva a quantidade de troca de visitas de alto nível com países da região. O presidente da República foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Mediterrâneo Oriental (Líbano e Síria em 2003; Israel, Territórios Palestinos Ocupados e Jordânia em 2010). Foi o primeiro mandatário brasileiro a visitar o Irã (2010). Em outras três ocasiões, viajou a países do Golfo Árabe-Pérsico (Emirados Árabes Unidos, em 2003; Catar, para a II Cúpula Aspá e Arábia Saudita, em 2009, e Catar, em visita de Estado, em 2010).

Merece também destaque a quantidade sem precedentes de encontros de alto nível à margem de eventos multilaterais e as 12 viagens do ministro das Relações Exteriores à região, inclusive em momentos críticos, como após a guerra entre Israel e o Hezbollah (2006) ou em meio à guerra em Gaza (2009). Registra-se, por fim, que realizaram visitas ao Brasil o presidente (2004 e 2010) e o primeiro-ministro do Líbano (2005), o primeiro-ministro da Síria (2005), o presidente da Autoridade Nacional Palestina (2005 e 2009), o rei da Jordânia (2008), o presidente de Israel (2009), o emir do Catar (2010), o presidente da Síria (2010), o primeiro-ministro do Kuwait (2010), e o presidente do Irã (2010).

SEGURANÇA E PAZ

O crescimento do perfil internacional do Brasil neste Governo permitiu impulsionar o envolvimento do País em questões de segurança e paz do Oriente Médio. O processo de paz no Oriente Médio consiste no esforço internacional de se regularem as relações entre os Estados e povos da região, por meio da efetivação dos direitos nacionais do povo palestino e do reconhecimento de Israel pelos países vizinhos. Além do apoio político que o Brasil confere às negociações diretas entre Israel e Autoridade Nacional Palestina (ANP) no âmbito bilateral, o País tem prestado contribuições, tanto financeiras (doação de cerca de US\$ 20 milhões) quanto técnicas, para permitir a reconstrução dos Territórios Palestinos e o fortalecimento econômico e político-institucional da ANP, fundamental para a construção de um Estado independente e viável.

No contexto multilateral, o Brasil defende que a entrada de novos interlocutores no processo de paz, sem prejuízo dos tradicionais mediadores da questão, contribui para o arejamento das discussões, ao trazer novas perspectivas e ideias às negociações. Nesse contexto, destaca-se a participação brasileira na Conferência de Annapolis, em 2007 (na condição de único representante da América do Sul) e a crescente interlocução com os países da região em mais alto nível. O Brasil mantém seu apoio a todas as iniciativas tendentes à retomada das negociações de paz e favoráveis ao diálogo direto entre as partes.

O Brasil sediou eventos internacionais direta ou indiretamente ligados ao processo de paz, como o Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio (Rio de Janeiro, julho de 2009), e o III Fórum das Nações Unidas da Aliança das Civilizações (Rio de Janeiro, maio de 2010). Em fins de 2010, organizará a Conferência Econômica da Diáspora Palestina, para promover investimentos nos Territórios Palestinos, especialmente de empresários palestinos da diáspora iberoamericana.

INTERMEDIÇÃO ENTRE PAÍSES

O Brasil logrou consolidar situação singular de interlocutor confiável de países em polos opostos do cenário internacional. Tem-se utilizado do bom clima de diálogo com Teerã para fazer ver aos iranianos que seria do interesse de todos encontrar uma solução negociada para a questão nuclear, que permita ao Irã prosseguir com seu programa civil e restabelecer uma inserção mais fluida e menos conflitiva no sistema internacional. Nesse sentido, Irã, Turquia e Brasil lograram acordo inédito, em maio de 2010, sobre tema importante da questão nuclear iraniana - enriquecimento de combustível nuclear iraniano no exterior.

CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES

A Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), integrada por 34 países – 12 da América do Sul e 22 da região árabe –, assim como pelo Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA) e pela Secretaria-Geral da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), foi proposta pelo presidente brasileiro em 2003 e criada formalmente em maio de 2005. O presidente tinha por objetivo aproximar os líderes políticos das duas regiões, desenvolvendo no âmbito da Aspa tanto ações de coordenação política quanto de cooperação técnica e cultural.

Desde sua criação, ocorreram 20 reuniões de alto nível: duas cúpulas de chefes de Estado e de Governo (a I Cúpula em Brasília em 2005 e, a II Cúpula, em Doha, em março de 2009), 11 reuniões ministeriais (duas de Economia, duas de Cultura, uma de Meio Ambiente, duas de Assuntos Sociais, uma sobre Recursos Hídricos e Desertificação e três de ministros das Relações Exteriores) e sete reuniões de altos funcionários. A estes encontros se somam um grande número de seminários e reuniões de Grupos Técnicos para encaminhamento de ações acordadas, assim como eventos do próprio calendário de seguimento.

Registre-se a criação da Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes (BibliAspa), cuja sede, em São Paulo, foi inaugurada em 2010, por ocasião da primeira comemoração do Dia Nacional da Comunidade Árabe (25 de março). Desde a criação da Aspa, foi expressiva a expansão do comércio América do Sul - Oriente Médio: passou de US\$ 11 bilhões, em 2004, para US\$ 30 bilhões, em 2009 (crescimento de 170%).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio e os investimentos bilaterais conheceram aumento vigoroso. Desde 2003, o intercâmbio Brasil - Oriente Médio passou de US\$ 4,4 bilhões para 10,6 bilhões em 2009, tendo atingido US\$ 14,4 bilhões em 2008, antes que os efeitos

da crise financeira internacionais começassem a ser sentidos. Até agosto de 2010, a corrente já alcançava US\$ 9,1 bilhões, o que demonstra uma boa recuperação das transações. Ao longo desse período, foram realizadas diversas missões e eventos empresariais (Jerusalém, Belém, Amã, Irã, Kuaite, Doha, Catar, Omã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos).

Foi firmado, em agosto de 2010, acordo de livre comércio com o Egito. Acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel foi assinado em 18 de dezembro de 2007, passando a vigorar bilateralmente desde abril de 2010 (uma vez que Argentina e Paraguai ainda não o ratificaram). Estão sendo negociados Acordos de Livre Comércio entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a Síria, a Jordânia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).

O Brasil consolidou-se como grande fornecedor de gêneros alimentícios para os países do Oriente Médio, ampliando sua pauta e o valor das exportações, com destaque para carnes de frango desossadas, carne bovina, açúcar e grãos, como milho, café e soja. O Brasil tornou-se, em 2008, o maior exportador de carne bovina para os Emirados Árabes, conquistando 70% do mercado. O Oriente Médio é uma região de grande potencial para as exportações agrícolas brasileiras, sobretudo pelo fato de suas condições de clima e solo, bem como suas limitações territoriais, não permitirem o cultivo de variados produtos naquela região.

Observou-se crescimento expressivo do fluxo de investimentos (ex: os investimentos israelenses no Brasil quintuplicaram entre 2001 e 2008, chegando nesse ano a US\$19,4 milhões) e da presença de empresas da região no Brasil e de empresas brasileiras na região. O aumento de importância das relações do Brasil com o Oriente Médio elevou o potencial de cooperação e investimento em infraestrutura a patamar inédito. Ensejou igualmente um aumento da demanda por transporte para a região, que se traduziu na inauguração de novas rotas ligando o Brasil e os países médio-orientais – São Paulo-Dubai; e Doha-Rio de Janeiro (com conexão para Buenos Aires) – e na retomada, após mais de 20 anos de hiato, dos voos para Tel Aviv (maio de 2009).

DEFESA

Houve aprofundamento inédito das relações em Defesa, com avanços nas bases para cooperação entre as Forças Armadas, seja em termos de treinamento de quadros, seja em intercâmbio científico e tecnológico. O progressivo estabelecimento de mecanismos de consultas políticas com os países da região permitiu, ademais, o diálogo sobre temas de Defesa da agenda internacional. O comércio de material de uso militar também vem sendo explorado pelas partes, encontrando a indústria armamentista brasileira importante mercado nos países da região.

No que toca aos países do Levante, houve aprofundamento significativo das relações em questões de Defesa com o Brasil, especialmente na aproximação política de alto nível. No campo comercial, o Brasil buscou retomar espaço na região para sua indústria militar.

ENERGIA

Os assuntos relacionados à energia são temas prioritários do relacionamento entre o Brasil e os países do Golfo, visto que esses últimos ocupam posição de destaque na política mundial de energia. Dotados das maiores reservas relativas de combustíveis fósseis, os países dessa região participam da economia mundial como exportadores de petróleo, o que os transformam em atores geopolíticos de relevância.

Os países do Golfo passaram a dedicar ao Brasil atenção privilegiada, com o intuito de conciliar as posições sobre energia e de traçar, conjuntamente, as diretrizes de produção, comércio e investimento em energia. Os países da região do Levante, por outro lado, não possuem a mesma riqueza em hidrocarbonetos, o que faz com que seus interesses no relacionamento com o Brasil estejam mais ligados a redução da dependência de combustíveis fósseis e ao aproveitamento do *know-how* e da cooperação brasileira.

COOPERAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

Foram assinados diversos acordos de cooperação em educação, cultura, esporte, saúde e ciência e tecnologia, que propiciaram ampla gama de atividades e de missões entre o Brasil e os países da região. Registre-se, dentre outras atividades:

ESPORTE

Treinamento e capacitação junto ao Santos Futebol Clube da equipe nacional feminina de futebol da Palestina (2010).

EDUCAÇÃO

- Concessão de bolsas de estudo em programas de graduação e pós-graduação a jovens libaneses.
- Cooperação, por intermédio do Senai, para formação de profissionais em diversas áreas técnicas (eletrônica, eletrohidráulica, refrigeração, informática etc.)
- Realização do Seminário Acadêmico Brasil-Líbano na Universidade de Brasília, em agosto de 2007.

SAÚDE

Concessão de treinamento em saúde a técnicos libaneses e palestinos.

CULTURA

Criação de um Centro Cultural brasileiro (Casa Brasil) em Beirute; I Festival Sul-Americano da Cultura Árabe, em São Paulo.

D) ÁSIA E OCEANIA

A Ásia tem-se mostrado a região com a economia mais dinâmica da atualidade. Países como China, Índia, Coreia do Sul e Indonésia apresentaram taxas de crescimento anuais próximas ou superiores a 10% no último decênio.

MERCOSUL-ASEAN

No que tange ao diálogo político com o conjunto dos países do sudeste asiático, registrou-se o início do processo de aproximação entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Em novembro de 2008, foi realizada, em Brasília, a I Reunião Ministerial MERCOSUL- Asean.

FÓRUM DE COOPERAÇÃO AMÉRICA LATINA – ÁSIA DO LESTE

Vale fazer também breve registro sobre o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), que congrega 18 países da América Latina e 16 da Ásia do Leste. O Fórum tem por objetivo promover o diálogo político e econômico e a cooperação entre os países membros, sendo entendido como potencial instrumento para reforçar a presença de ambas as regiões no cenário internacional. O Brasil realizou, em Brasília, a terceira Reunião Ministerial do Focalal, em agosto de 2007, e editou livro que reúne os documentos aprovados e os discursos proferidos no evento.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS NA ÁSIA

A diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e o estreitamento das relações com os países do Sul foram prioridades da política externa do Governo brasileiro. Nesse contexto, a Ásia foi objeto de inúmeras iniciativas de promoção das relações econômico-comerciais do País, ascendendo, como região, à posição de primeira parceira comercial do Brasil, em 2009.

A China, em particular, tornou-se nosso principal sócio comercial e maior mercado de exportações desde aquele ano. O intercâmbio comercial com a totalidade dos países da região passou de US\$ 20,5 bilhões, em 2003, para US\$ 76 bilhões, em 2009. As exportações brasileiras, que somavam US\$ 11 bilhões em 2003, atingiram US\$ 40 bilhões em 2009. Com a maioria dos países da região, o comércio mais do que dobrou no período 2003-2010.

O esforço de diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, sem prejuízo das relações tradicionais, revelou-se extremamente positivo para que o País pudesse superar os efeitos da crise econômica de 2008/2009. No momento em que se observou redução da demanda por produtos e matérias-primas brasileiras nos principais mercados desenvolvidos, as maiores economias asiáticas, à exceção do Japão, mantiveram elevados índices de crescimento, o que diminuiu o impacto da crise no setor externo da economia brasileira.

O interesse do Brasil pela região está primordialmente relacionado com a demanda por investimentos e por acesso a tecnologias de ponta, bem como pelo mercado asiático, com alta capacidade de consumo. A preponderância da agenda econômico-comercial, no entanto, não impediu que o Governo brasileiro, ao longo do período 2003-2010, buscase intensificar a cooperação com os países da Ásia e Oceania em diversas outras áreas, como pesquisa científica e tecnológica, educação, cultura, saúde e formação profissional.

ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

O comércio do Brasil com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) teve forte expansão entre 2003 e 2009. De US\$ 3,15 bilhões, em 2003, o intercâmbio comercial cresceu para US\$ 9,74 bilhões, em 2009. Em 2008, antes dos efeitos da crise internacional, o comércio alcançou cifra recorde, de US\$ 13,23 bilhões. Em 2009, o comércio do Brasil com o conjunto de países da Asean superou o comércio bilateral com o Japão. Entre 2002 e 2009, o comércio Brasil-Asean registrou aumento de 236,8%, muito acima da expansão do comércio global brasileiro (160,6%). As exportações brasileiras para países da Asean cresceram 234,8%, e nossas importações, 239,1%.

No campo dos investimentos no Brasil, além do Japão (nosso parceiro histórico), ressalta-se o peso de Cingapura, cujas inversões no País geram cerca de dez mil empregos, sobretudo nos setores de estaleiros navais e de prospecção de petróleo.

Japão

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. Os laços humanos que unem os dois países foram enaltecidos durante o Ano da Imigração Japonesa no Brasil, em 2008, quando se comemorou o centenário da vinda do primeiro grupo de imigrantes japoneses ao País. Ao longo do atual Governo, a parceria nipo-brasileira evoluiu na direção da atuação conjunta em terceiros países, como no caso do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (Prosavana), e no setor da TV Digital, no qual os dois países atuam de forma coordenada para difundir o padrão nipo-brasileiro (ISDB-T). No setor de energia, é importante registrar o investimento feito pela Petrobras em refinaria situada na ilha de Okinawa, a qual pode se tornar centro de distribuição de etanol para toda a Ásia. A parceria Brasil-Japão tem, ainda, grande potencial a ser explorado, em especial na área de transporte ferroviário (Trem de Alta Velocidade) e no setor da indústria de semicondutores.

Coreia do Sul

Com a Coreia do Sul, merece destaque a parceria estabelecida entre a Embrapa e a Rural Development Administration (RDA), que mantêm, desde 2009, laboratórios virtuais em Seul e em Brasília. O Brasil aguarda com interesse a proposta sul-coreana para o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV). Com o intuito de conhecer o sistema coreano de TAV, visitaram a Coreia do Sul a então ministra-chefe da Casa Civil, em abril de 2008, e o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, em maio daquele ano.

China

A China, por sua vez, assumiu a posição de principal parceiro comercial do Brasil e maior mercado para nossas exportações, ultrapassando os EUA, em 2009 (US\$ 36,1 bilhões de trocas com a China, contra US\$ 35,6 bilhões com os EUA). O dinamismo da economia chinesa possibilitou que o comércio Brasil-China em 2009, no contexto da crise econômica mundial, sofresse impacto menor do que o verificado no intercâmbio Brasil-mundo (queda de 1%, contra 24,3%). Por sua vez, as exportações do Brasil para a China aumentaram 23,9% naquele ano, em contraste com a retração de 22,7% nas exportações brasileiras para o mundo.

Verificou-se, também, elevação substancial dos investimentos chineses no Brasil, notadamente a partir da visita do presidente da República à China, em maio de 2009, com destaque para os setores de mineração, siderurgia, petróleo e transmissão de eletricidade. Entre os investimentos brasileiros naquele país está a fábrica da Embraer em Harbin, no norte da China, que foi inaugurada em 2003 com o objetivo de atender o mercado chinês de aviação regional, montando aeronaves modelo ERJ-145.

COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

Em 2006, realizou-se a primeira reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), co-presidida pelo vice-presidente da República e pelo vice-primeiro-ministro da China. As onze subcomissões da Cosban (Política, Econômico-Comercial, Econômico-Financeira, Energia e Mineração, Ciência e Tecnologia, Espacial, Indústria da Informação, Agricultura, Inspeção e Quarentena, Cultural, Educacional) mantêm reuniões frequentes, com vistas a fazer avançar os principais assuntos da pauta bilateral. O Plano de Ação Conjunta Brasil-China, 2010-2014, firmado durante a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil, em abril de 2010, proporcionou visão integrada das relações; fortaleceu, por meio dos mecanismos de diálogo estratégico e político, a Cosban e suas subcomissões; promoveu atividades e projetos concretos de cooperação; e instituiu mecanismos de monitoramento dos resultados.

ENERGIA

No setor de energia, duas iniciativas com a China merecem ser destacadas. A primeira é a participação da estatal China Petroleum & Chemical Corp (Sinopec), em parceria com a Petrobras, na construção do Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene), inaugurado pelo presidente brasileiro em março de 2010 (o projeto foi iniciado em 2004). Com aproximadamente 1.400 km de extensão, o Gasene é dimensionado para transportar até 20 milhões de m³ de gás por dia. Recebeu investimentos federais da ordem de R\$ 7,2 bilhões.

A segunda iniciativa foi a assinatura, em maio de 2009, de acordos da Petrobras com o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e com a Sinopec, por meio dos quais a estatal brasileira obteve empréstimo de US\$ 10 bilhões do BDC e se comprometeu ao fornecimento de 150 mil barris de petróleo por dia à China à Sinopec, em 2009, e 200 mil barris por dia, entre 2010 e 2019. Em ambos os casos, o Governo brasileiro atuou no sentido de viabilizar e incentivar a aproximação entre os agentes econômicos envolvidos. No segundo caso, os dois governos firmaram Memorando de Entendimento sobre Petróleo, Equipamentos e Financiamento, com o objetivo de criar moldura institucional para o intercâmbio bilateral.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Programa Conjunto de Satélites Brasil-China (China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS)) foi o primeiro fruto da parceria estratégica entre dois países. É considerado o mais bem-sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento. Até o presente, já foram lançados três satélites conjuntos. Em outubro de 2003, houve o lançamento do satélite CBERS-2 e, em setembro de 2007, o do CBERS-2b. Estão previstos, ainda, lançamentos de dois novos aparelhos: um em 2011, outro em 2014. Brasil e China executam, desde 2009, o projeto “CBERS for Africa”, com o objetivo de distribuir gratuitamente imagens dos satélites a países africanos, a partir de estações de recepção de sinais instaladas na África do Sul, no Egito e na Espanha (Ilhas Canárias).

No campo da pesquisa científica, registra-se a assinatura de Plano de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, em maio de 2009, com projetos já delineados em ciências agrárias, bioenergia, nanotecnologia e mudança do clima. Está prevista, também, a instalação de laboratório da Embrapa em Pequim, em parceria com a Academia de Ciências Agrárias da China.

EDUCAÇÃO

Em maio de 2009, o presidente da República inaugurou, em Pequim, o Centro de Estudos Brasileiros junto à Academia Chinesa de Ciências Sociais.

DEFESA

Com a China, intensificou-se o intercâmbio e a cooperação bilateral na área militar. Em 2010, realizou-se a primeira reunião do Comitê Conjunto Brasil-China de Intercâmbio e Cooperação entre os Ministérios de Defesa.

Índia

As relações do Brasil com a Índia atingiram importante patamar, sobretudo pela participação de ambos os países no Fórum Ibas. No âmbito das relações bilaterais, verificou-se forte expansão das trocas comerciais, as quais mais do que quintuplicaram: passaram de US\$ 1 bilhão, em 2003, para US\$ 5,6 bilhões, em 2009.

No campo da saúde, o Brasil procurou desenvolver intenso diálogo com aquele país, em especial na área de produção de medicamentos genéricos. Na reunião do Conselho Científico Brasil-Índia, realizada em setembro de 2008, o Brasil anunciou aporte, nos três anos seguintes, de US\$ 800 mil para projetos conjuntos em saúde (malária, HIV/Aids e tuberculose). A parte indiana comprometeu-se a contribuir com valores equivalentes.

Em ciência e tecnologia, ao amparo do acordo de cooperação firmado em 2006, foi acordado programa conjunto de pesquisa e desenvolvimento industrial e identificados projetos em biotecnologia, química, pesquisa climática, espaço, energias renováveis, física e novos materiais.

No âmbito da Defesa, foi criado o Comitê Consultivo de Defesa. Está em pauta o desenvolvimento de projetos conjuntos, tendo em vista o fato de a Índia executar projetos de pesquisa e desenvolvimento em diversos setores abrangidos na Estratégia Nacional de Defesa brasileira.

Indonésia

O dinamismo da economia da Indonésia, país onde se localiza o maior investimento brasileiro no Sudeste Asiático (em mineração), motivou o estabelecimento de uma parceria estratégica, em 2008. No ano seguinte, foi acordado um plano de ação, o qual previu a criação de grupo de trabalho em comércio e investimentos.

Afeganistão

Com relação ao Afeganistão, além de haver participado das três conferências de apoio ao país já realizadas (Londres, 2006; Paris, 2008; Haia, 2009), o Brasil enviou, em setembro de 2010, missão da Agência Brasileira de Cooperação, integrada por representantes do Ministério das Minas e Energia, da Embrapa, da Empresa de Extensão Rural de Santa Catarina e da Associação Brasileira de Gemas e Jóias, com vistas à prospecção de projetos de cooperação em agricultura, mineração e lapidação de pedras preciosas.

Timor-Leste

Na área da educação, o caso do Timor-Leste merece ser destacado, pela importância desse país para a política externa brasileira na Ásia. Devido à nossa herança lusófona comum, a educação é o pilar central da cooperação brasileira no Timor-Leste. Além do envio de professores brasileiros para cumprir o objetivo de consolidar a língua portuguesa e melhorar a educação local, o Brasil mantém, em Díli, um Centro de Formação Profissional, instalado pelo Senai, com capacidade para 300 alunos. O Centro já formou 1.200 alunos, em cursos profissionalizantes de panificação, corte e costura, marcenaria, refrigeração, mecânica de motos, entre outros.

Na área da educação, o Governo brasileiro buscou fomentar a abertura de novos leitorados de língua portuguesa na Austrália, na China e na Nova Zelândia. Já na área de defesa, o Brasil tem prestado importante cooperação no treinamento de suas forças de segurança e defesa desde o início do processo de autonomia e independência.

GOVERNANÇA GLOBAL E TEMAS MULTINACIONAIS

Em 2010, a visão que se tem do País no exterior é outra. É inegável o peso cada vez maior que o Brasil tem hoje na discussão dos principais temas da agenda internacional. E tal fato guarda relação direta com uma nova forma de enxergar os problemas do mundo, que contribuiu para um novo equilíbrio internacional. No caso do Brasil, essa mudança de percepção deveu-se, em boa medida, à transformação da realidade econômica, social e política do País. O compromisso direto do presidente da República em temas internacionais foi igualmente fundamental para levar a contribuição brasileira aos principais debates em foros multilaterais, conforme se verá a seguir.

ONU E CSNU

Com o final da Guerra Fria e a aceleração das mudanças na ordem internacional, tornou-se cada vez mais ampla a convicção de que instituições, procedimentos e métodos de trabalho de organismos internacionais precisavam ser atualizados.

A chamada reforma da Governança Global está sendo negociada tanto na ordem política (Organização das Nações Unidas (ONU)) quanto na ordem econômico-financeira internacional (Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial), tendo em vista a necessidade de que países como o Brasil se vejam representados nas principais instâncias decisórias globais.

Em 2005, foi realizada reunião de Cúpula da ONU, para avançar o debate sobre reformas institucionais das Nações Unidas e rever a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Entre as principais decisões da Cúpula relacionadas à reforma da ONU estavam a criação da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) e, bem assim, a transformação da Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos. O estabelecimento da CCP representou a concretização de ideias propugnadas pelo Brasil: defendemos que a paz sustentável e duradoura é função não somente de solução de problemas de Segurança, mas também da superação de desafios nas áreas de Direitos Humanos e de Desenvolvimento Econômico e Social.

Já o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem como responsabilidade primária a manutenção da paz e segurança internacionais e a capacidade jurídica para autorizar o uso da força, em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacionais. Contudo, sua composição atual (cinco membros permanentes e dez não permanentes) reflete o contexto do pós-II Guerra Mundial e não representa adequadamente os países em desenvolvimento, em particular de países da América Latina e África. Passados 65 anos do fim da II Guerra Mundial, o surgimento de novos desafios globais impõe um Conselho de Segurança renovado e preparado para enfrentá-los.

O Brasil foi eleito para mandato de membro não permanente do CSNU nos biênios 2004-05 e 2010-11. É o país que ocupou mais vezes assento não permanente no Conselho (dez mandatos), juntamente com o Japão.

Em setembro de 2004, verificou-se avanço importante na questão da reforma do CSNU: Brasil, Alemanha, Índia e Japão (G-4) resolveram unir esforços em torno das premissas básicas de expandir o CSNU nas categorias de membros permanentes e não-permanentes e incluir um maior número de países em desenvolvimento em ambas. No ano seguinte, o G-4 apresentou projeto específico de resolução (L.64), que resultaria num Conselho expandido para um total de 25 membros. A proposta do G-4 também previa revisão da situação criada pela resolução após 15 anos, quando seria considerada, entre outras questões, a possibilidade de extensão do direito de veto aos novos membros permanentes.

O Brasil conta com base significativa de apoios a seu pleito por um assento permanente: 89 dos 192 membros da ONU declararam apoio ao Brasil, inclusive dois membros permanentes (França e Reino Unido). Em maio de 2010, novo texto negociador foi divulgado, com propostas organizadas segundo os cinco temas-chave da reforma: categoria de membros, questão do veto, representação regional, tamanho de um Conselho expandido e métodos de trabalho, relação entre o CSNU e o G-4.

FMI, BANCO MUNDIAL E G-20

A crise financeira de 2008-2009, originada nos países desenvolvidos, chamou a atenção global para a necessidade de aprofundar a coordenação de políticas econômico-financeiras entre as economias sistemicamente importantes, no intuito de superar os desafios colocados pela crise e de criar condições para que crises futuras pudessem ser evitadas. No transcorrer da crise, o G-7 e as instituições financeiras internacionais de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) mostraram não deter nem legitimidade, nem capacidade de coordenação necessária para oferecer respostas rápidas e eficientes aos efeitos perversos da crise.

Por outro lado, desde 1999 os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 principais economias do mundo reuniam-se regularmente para examinar questões sistêmicas da economia global. Com a crise financeira de 2008-2009,

por iniciativa do presidente da República, o grau de representação do grupo foi elevado a encontro em nível de chefes de Estado e Governo. Assim, em novembro de 2008, foi realizada em Washington-DC a primeira Cúpula de Líderes do G-20, evidenciando a importância que o Grupo havia conquistado. A legitimidade do agrupamento materializou-se com a designação, em Pittsburgh, em setembro de 2009, do G-20 como principal foro para debate de temas econômico-financeiros.

O G-20 busca o equilíbrio entre duas características fundamentais para os arranjos internacionais: legitimidade e eficácia. Ao congrega as economias sistemicamente importantes, o Grupo abre espaço para participação de países que, anteriormente, não tinham voz no cenário internacional, ao menos no que se refere aos temas econômico-financeiros.

A reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial são parte central do processo de reforma da arquitetura financeira internacional. Entre os pontos em debate, o Brasil – ao lado de outros países emergentes – tem defendido a transferência de poder de voto, nestas instituições, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. O objetivo é o de conferir a cada membro o poder de voto que corresponda ao seu peso relativo na economia mundial.

Em abril último, foi concluída a reforma da governança do Banco Mundial, que transferiu 3,13% das cotas para os países em desenvolvimento, que passarão a somar 47,2% em seu conjunto. O peso do Brasil no Banco Mundial passou de 2,06% para 2,24%.

Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada de aproximadamente 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G 20 chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Juntamente com Rússia, Índia e China, os países que formam o Bric, o Brasil passará a figurar entre os dez maiores quotistas do FMI. Trata-se de passo significativo na direção de um FMI mais representativo do peso dos países em desenvolvimento.

BRIC

Outro agrupamento que se mostra capaz de influir na agenda internacional e na reforma da governança global é o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China).

A II Cúpula do BRIC realizou-se em Brasília, a 15 de abril de 2010, conjuntamente com a IV Reunião de chefes de Estado e de Governo do Ibas. Naquela data, estavam reunidos na capital brasileira, líderes de países que respondem por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), mais de 25% da área terrestre e aproximadamente 45% da população do planeta.

A concertação política do Bric recebe a mais alta prioridade política, tendo os países-membros expressado concordância com relação a inúmeros temas da agenda internacional. Reforça esse aspecto o compromisso já assumido de se realizar na China a III Cúpula dos Bric em 2011.

Em temas econômico-financeiros, há uma importante coordenação de posições do grupo. Encontros de ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais dos quatro países têm sido realizados à margem das reuniões do G-20. Além das reformas de regulação e supervisão do sistema financeiro em discussão no âmbito do G-20, cabe mencionar iniciativas regionais do Bric, tais como a negociação entre o Brasil e a Rússia sobre comércio em moedas locais, e a discussão entre Brasil e China sobre a possibilidade de compra recíproca das moedas nacionais para reservas.

Os bancos de desenvolvimento dos quatro países assinaram, à margem da II Cúpula, em Brasília, memorando que prevê consolidar e ampliar a cooperação entre si. Há, também, aproximação, no mais alto nível, entre as cortes supremas dos quatro países. Na área de agricultura, realizou-se em março de 2010 encontro entre ministros da Agricultura do Bric, no qual foram reforçados o tema da segurança alimentar, a necessidade de se resolver a questão da produção de alimentos e de promover o combate à fome. A cooperação entre órgãos estatísticos e a publicação daí oriunda destaca as características dos países do Bric e seu potencial, além de contribuir para o aprimoramento técnico entre as partes envolvidas. O encontro entre cooperativas e o de empresários abre espaço para que o Bric inclua a sociedade civil, assim criando vínculos mais fortes e duradouros entre os quatro países. Já a reunião de altos funcionários sobre temas estratégicos e o seminário de acadêmicos, cada um com seu viés e nível de confidencialidade, permitiram a discussão de grandes cenários, aproximando as visões de mundo dos quatro países e preparando o terreno para cooperação futura.

IBAS

Estabelecido em junho de 2003 por iniciativa brasileira, o Foro Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes, três democracias multiétnicas e multiculturais, que estão determinados a estreitar os laços intra-grupo e a contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional.

O Ibas tem alcançado resultados cada vez mais positivos, em três vertentes: concertação política, cooperação setorial e Fundo Ibas.

Na sua vertente política, o Ibas demonstra alto desempenho no que diz respeito à consulta e concertação. Os nove comunicados abrangentes sobre temas da agenda global projetaram com mais ênfase no cenário internacional posições individuais de Índia, Brasil e África o Sul, sempre que puderam ser encampadas pelo grupo, além de terem promovido, pela via do diálogo, entendimentos coletivos sobre diferentes questões.

A cooperação setorial entre os diferentes órgãos da administração pública, que se engajam nos projetos dos 16 grupos de trabalho do mecanismo, vem amadurecendo, cabendo destacar as seguintes atividades recentes:

- O compromisso com o desenvolvimento de dois satélites do IBAS (SIBAS), com a definição de março de 2013 para lançamento do primeiro artefato. Esse satélite servirá para estudos do clima espacial (o segundo – recorde-se – para observação da terra). Ambos trarão benefícios positivos para agricultura, a navegação, o transporte aéreo e as telecomunicações.
- Os exercícios navais com as marinhas dos três países, operação naval denominada IBSAMAR, realizaram sua segunda edição em setembro de 2010, pela primeira vez, na costa sul-africana.
- A cooperação antártica: os três países renovaram o compromisso com a cooperação trilateral na Antártida, comprometendo-se a propor a inclusão do tema no próximo “*IBSA Ocean*”.
- A cooperação entre receitas, na qual foi discutida a implementação de sistema de certificação expressa para exportações e importações entre os três países, o que poderá ter impacto positivo sobre o fluxo de comércio entre países do Ibas.
- A cooperação entre Escolas de Administração Pública.
- A publicação, pelo Foro de Mulheres, do livro *Pensando uma Estrutura Macro-Econômica Inclusiva: Uma Abordagem Feminista Sul-Sul*.

O Fundo Ibas vem realizando projetos de alta qualidade e recebeu, em setembro de 2010, o prêmio *Parceria Sul-Sul* para Aliança Sul-Sul e o *MDG Awards 2010*, destinado a projetos voltados para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na categoria de Cooperação Sul-Sul. Dentre as atividades do Fundo, cabe assinalar a recuperação de infraestrutura hospitalar na Faixa de Gaza, o desenvolvimento agropecuário na Guiné Bissau e a coleta de resíduos sólidos no Haiti.

OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

O Brasil atuou na criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), em 2004. A resolução que criou a Missão incorporou, com apoio brasileiro, elementos de consolidação da paz inovadores que visam a auxiliar o povo haitiano a coordenar esforços para promover desenvolvimento econômico e social, “em particular para o longo prazo, de maneira a sustentar a estabilidade e combater a pobreza”; assistir o governo haitiano “a traçar estratégia de longo prazo a esse respeito”; e prever possível adaptação da Missão a mudanças na situação política, de segurança ou de desenvolvimento econômico do país.

O Brasil também atuou para que o mandato da Minustah contemplasse tarefas de promoção dos direitos humanos e da reconciliação política. Além da presença de Batalhão de Infantaria, o Brasil contou com Companhia de Engenharia, que contribuiu na construção de estradas e poços artesianos e no apoio a projetos de cooperação. O Haiti recebeu ainda forte cooperação técnica bilateral brasileira em diversas áreas. Com o terremoto de 12/1/2010, o Brasil atuou no CSNU para aprovar a Resolução 1927, que conferiu à Minustah papel mais ativo na coordenação dos esforços internacionais de ajuda e na prestação de assistência logística e técnica ao governo haitiano.

Cabe ressaltar a indicação do Brasil, em 2007, para presidir a Configuração Específica da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) para Guiné-Bissau. O Brasil tem liderado esforços para o auxílio na reconciliação nacional, bem como na mobilização da comunidade internacional com vistas a obter recursos para financiar a implementação da estratégia integrada para a consolidação da paz, documento elaborado pelo governo guineense, com o apoio da configuração específica da CCP.

Em janeiro de 2003, o Brasil participava de duas missões de paz da ONU, com 79 homens. Em setembro de 2010, o Brasil integra nove missões de paz com 2.258 contingentes, além de seis integrantes de dois escritórios de representação da ONU, totalizando 2.264.

DESARMAMENTO

O interesse do Brasil por questões de segurança internacional e resolução pacífica de controvérsias, bem como sua condição de membro não-permanente do CSNU no biênio 2010-2011, levou à contribuição para o encaminhamento da questão nuclear iraniana, como ficou demonstrado pelo comunicado de Irã, Turquia e Brasil, de maio de 2010, sobre enriquecimento de combustível nuclear iraniano no exterior.

No período, o Brasil teve atuação destacada em todos os foros internacionais em matéria de desarmamento: presidiu em 2005 a VII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e ocupou as presidências do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), 2006/2007, e do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), 2009/2010.

No contexto bilateral, cabe ressaltar a intensificação do processo de aproximação e desenvolvimento da confiança mútua entre Brasil e Argentina na área nuclear desde 2003. Em 2005, os presidentes das duas Nações assinaram Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e, em 2008, a Declaração da Casa Rosada inaugurou nova fase no relacionamento entre os países no campo nuclear, ao criar uma Comissão Binacional de Energia Nuclear (Coben). Em 2010, os mandatários nacionais firmaram a Declaração de San Juan, que propiciou inflexão no diálogo e na cooperação bilateral em matéria nuclear. O projeto de reator de pesquisa multipropósito representa avanço no propósito dos dois países de criar as condições para uma futura integração dos setores nucleares.

OUTROS TEMAS MULTILATERAIS

O combate à fome e à pobreza, a diminuição das desigualdades e a garantia do acesso universal a serviços de saúde compõem o centro da agenda social que o Brasil passou a executar, como política de Estado, desde 2003. No plano multilateral, essa prioridade se reflete em alguns resultados alcançados em matéria dos objetivos de desenvolvimento do milênio: a meta brasileira de reduzir, até 2015, a pobreza extrema a um quarto do observado em 1990 foi alcançada em 2007, e superada em 2008. Outro avanço recente foi também a redução do analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos. Já a taxa de mortalidade na infância (abaixo de 5 anos) caiu de 53,7 (por mil nascidos vivos) em 1990 para 22,8 em 2008 (queda de 58%). O Brasil já alcançou a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água potável em áreas urbanas.

Por iniciativa do presidente da República, a Ação Global contra a Fome e a Pobreza foi consolidada em 2004 na Declaração de Genebra, assinada pelos presidentes do Brasil, Chile, França e Espanha, com o apoio do ex- secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. A iniciativa buscava promover mecanismos inovadores de financiamento como instrumento importante no combate à fome e à pobreza, no apoio ao desenvolvimento.

Exemplo concreto de projeto internacional desenhado de maneira acoplada a uma fonte inovadora de financiamento é a Unitaïd. Trata-se de uma central internacional para a compra de medicamentos contra a Aids, tuberculose e malária, três das doenças que mais afetam países em desenvolvimento. A Unitaïd já investiu mais de US\$ 1 bilhão em projetos e programas de combate à Aids, malária e tuberculose nos países mais pobres. Estimulou a produção de genéricos, reduziu preços de mercado, estimulou pesquisas e desenvolvimento de novos produtos, em particular antirretrovirais específicos para crianças: de cada quatro crianças tratadas com antirretrovirais no mundo, três recebem medicação de projetos da Unitaïds.

O Brasil transformou-se em um dos atores de maior relevo no cenário energético mundial, no período de 2003 a 2010, o que contribuiu para aumentar a capacidade de defesa dos interesses nacionais em escala mundial. As empresas nacionais expandiram sua presença no exterior, tornando-se, inclusive, modelo de eficiência em suas operações. No plano bilateral, cresceu o interesse pela cooperação com o Brasil, tanto da parte de países em desenvolvimento como, também, de países desenvolvidos.

No que diz respeito aos usos pacíficos da energia nuclear, cabe lembrar as negociações de um acordo de cooperação nuclear com a África do Sul, a realização de missão à Coreia do Sul, os entendimentos com a França, a inclusão do nuclear civil na cooperação energética com a China e o acordo celebrado com a *European Atomic Energy Community* (Euratom), em 2009.

O maior engajamento do País nas discussões e negociações multilaterais sobre biodiversidade vem resultando em prestígio internacional e alguns ganhos efetivos para a proteção e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros. O Brasil logrou, em 2009, a aprovação da oferta de sediar a Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, em 2012, Rio+20, a qual terá a biodiversidade entre seus grandes temas.

No tocante aos biocombustíveis, o Brasil teve, como principal preocupação, demonstrar, em bases científicas, que os biocombustíveis são vetor eficaz para o desenvolvimento sustentável, conforme seus três pilares (econômico, ambiental e social). Trabalhou em favor do aumento da participação dos biocombustíveis na matriz energética mundial e pelo reconhecimento do etanol como *commodity* energética.

Ciente de que a mudança do clima apresenta um dos principais desafios a serem enfrentados pela comunidade internacional, o Brasil reforçou seu protagonismo nas negociações internacionais na matéria, assumindo a coordenação das nações em desenvolvimento: o País esteve à frente das negociações sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e da implementação da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima.

Lançado em dezembro de 2008, o Plano Nacional para Mudança do Clima situou o Brasil na vanguarda das negociações multilaterais em matéria de mudanças climáticas. Entre os objetivos do Plano está o de combate ao desmatamento ilegal e o estímulo à reorientação econômica da região florestada. Ademais, o Brasil fixou em lei o compromisso nacional voluntário de redução de emissões que impliquem desvio de 36,1% a 38,9% em relação à curva de crescimento das emissões brasileiras até 2020.

As atividades antárticas brasileiras têm adquirido posição estratégica, no âmbito da política científica do País. As iniciativas de cooperação internacional do Brasil sobre o tema indicam o respeito do País aos princípios e objetivos básicos do Sistema

do Tratado da Antártida. Em fevereiro de 2009, o presidente brasileiro realizou visita à Antártida. Na ocasião, visitou o Navio Oceanográfico Ary Rongel e presidiu, na Estação Comandante Ferraz, solenidade alusiva ao 25º aniversário da primeira expedição brasileira ao Continente.

Em 2004, o Brasil reivindicou, por meio de submissão à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), cerca de 960 mil km² de área adicional de plataforma continental. Desde maio de 2010, a fase de coleta de dados foi finalizada, devendo os mesmos serem processados, com o objetivo de apresentar, em 2012, nova submissão à CLPC. Com relação aos fundos marinhos internacionais, por meio de expedições coordenadas pela Marinha do Brasil e pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM - Serviço Geológico do Brasil), o País iniciou, em novembro de 2009, o levantamento da potencialidade mineral dos depósitos de crosta cobaltífera na elevação do Rio Grande, localizada além das águas jurisdicionais brasileiras, em frente ao Rio Grande do Sul.

Dentre os resultados concretos nos temas relacionados ao espaço, está o fortalecimento da cooperação sul-sul em área de vanguarda tecnológica. Encontram-se em estágio avançado projetos de cooperação bilateral com Argentina, China, Rússia e Ucrânia. Com relação a esta última, após concessão de licenças ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi dado início aos trabalhos para o lançamento do foguete Cyclone-4, previsto para 2012. Com a conclusão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), o Brasil poderá utilizar comercialmente a localização privilegiada para lançamentos.

O Itamaraty passou a priorizar a inovação em seu trabalho de cooperação e ação conjunta internacional na área científico-tecnológica. Como resultados principais nessa área, podem ser mencionados:

- o fortalecimento da articulação do Itamaraty com o setor produtivo brasileiro
- o aumento da interação das Embaixadas brasileiras com empresas e setores produtivos de países-chave: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido
- a negociação efetiva de processos de transferência de tecnologia para o setor produtivo brasileiro em áreas como bio e nanotecnologia, setor espacial, tecnologias da informação e das comunicações, computação de alto desempenho, engenharia de produção e tecnologia industrial
- as negociações em curso para a associação do Brasil aos principais laboratórios científicos do mundo, tais como o Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e o Observatório Austral Europeu (European Southern Observatory – ESO)
- a mobilização da diáspora brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação, principalmente nos Estados Unidos, para que seu conhecimento seja diretamente conectado às demandas do setor produtivo brasileiro por inovação.

O Brasil tem sido um dos protagonistas, dentre países em desenvolvimento, no tratamento dos temas relativos à sociedade da informação. A realização da II edição do Fórum de Governança da Internet (IGF) no Rio de Janeiro, em 2007, constituiu marco importante. Um dos resultados da cooperação tecnológica do Brasil na Sociedade da Informação é o lançamento do Portal de Software Público internacional, envolvendo o Brasil e diversos países da América do Sul.

Em 2006, o Brasil escolheu o padrão de TV digital de origem japonesa ISDB-T e, no ano seguinte, com inovações brasileiras, iniciou transmissões de TV Digital, na cidade de São Paulo. Com a iniciativa, o Governo busca assegurar economia de escala mundial para a produção de equipamentos relacionados à transmissão e recepção daquela norma e estimula empresas nacionais desenvolvedoras de aplicativos de *software*. Hoje o ISDB-T foi adotado em praticamente todos os países sul-americanos, ademais de Costa Rica e das Filipinas; diversos países da África e da América Central consideram a possibilidade de também adotá-lo como norma local de TV digital.

O enfrentamento aos ilícitos de natureza transnacional emerge como uma das principais questões da agenda internacional como resultado das dinâmicas de globalização e intensificação de fluxos de bens, pessoas e capitais. Nesse âmbito, o Brasil aderiu à totalidade de instrumentos internacionais que disciplinam as questões de crime organizado transnacional, incluindo tráfico de drogas, armas, pessoas, contrabando de migrantes; sobre corrupção; e terrorismo, logrando estreitar o diálogo com seus vizinhos sul-americanos no combate a desafios comuns. Com destacado apoio brasileiro, foi constituído o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, no âmbito da Unasul, em 2009.

Em maio de 2010, realizou-se no Rio de Janeiro o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações. Trata-se de iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública mundial para superar preconceitos e percepções interculturais e inter-religiosas equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas. O evento do Rio de Janeiro, em que compareceram 109 delegações oficiais, foi importante não apenas para que se apresentassem algumas iniciativas e projetos pluriculturais pioneiros, com potencial para serem ampliados e replicados em outras comunidades ao redor do mundo, mas também para colocar em contato jovens ativistas, líderes empresariais, defensores dos direitos humanos, líderes políticos, chefes de comunidades religiosas, acadêmicos e jornalistas. A partir da realização do III Fórum, o Brasil se tornou, de direito e de fato, o Estado responsável pela extensão da Aliança de Civilizações à escala planetária.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o foro multilateral responsável pela regulação do comércio internacional. Suas atribuições são:

- Negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os países membros venham a acordar;
- Zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos;
- Servir de espaço para a negociação de novas disciplinas;
- Resolver controvérsias entre os membros.

Os diversos órgãos da OMC se reúnem regularmente para monitorar a implementação dos acordos em vigor e a execução da política comercial dos países membros; negociar a adesão de novos membros; e acompanhar as atividades relacionadas ao processo de solução de controvérsia.

Sob o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em vigor entre 1947 e 1995, transcorreram diversas rodadas de negociação, que redundaram em redução substancial e consolidação das tarifas de bens industriais de grande número de países de maior expressão no comércio internacional. O regime que precedeu a Organização Mundial do Comércio (OMC) também estipulou disciplinas gerais para temas como subsídios e medidas compensatórias, *antidumping* e métodos de valoração aduaneira. Na área agrícola, por outro lado, os resultados sob o GATT foram menos expressivos, na medida em que as principais potências comerciais do mundo desenvolvido (EUA, União Europeia e Japão) levantaram obstáculos à negociação de um processo mais significativo de redução da proteção e dos subsídios concedidos à agricultura. Na Rodada Uruguai, lançada em 1986, as negociações contemplaram novos temas como o comércio de serviços, direitos de propriedade intelectual e medidas de investimentos. A Rodada Uruguai, concluída em 1994, resultou na assinatura da Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT e do Tratado Constitutivo da OMC, aos quais foram incorporados, como anexos, acordos multilaterais referentes ao comércio de bens, ao comércio de serviços, a aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual, à solução de controvérsias e ao mecanismo de revisão de políticas comerciais.

RODADA DOHA

A Rodada Doha é a primeira rodada de negociações comerciais multilaterais sob a égide da OMC. Lançada em Doha (Catar), em novembro de 2001, a Rodada - também conhecida por Rodada do Desenvolvimento, pela primazia conferida às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento e a temas de desenvolvimento.

As discussões abrangem negociações nas áreas de: comércio de produtos agrícolas; comércio de produtos não-agrícolas; regras (*antidumping*; subsídios e direitos compensatórios, inclusive subsídios à pesca; áreas de livre comércio e uniões aduaneiras); comércio de serviços; regras sobre tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; dispositivos de propriedade intelectual; facilitação de comércio e comércio e meio ambiente.

A Rodada Doha objetiva aperfeiçoar as regras e disciplinas do sistema multilateral de comércio e promover nova rodada de compromissos de liberalização de políticas comerciais com ênfase nas necessidades e interesses dos países em desenvolvimento, de modo a que estes assegurem fatis do comércio internacional consentânea com suas necessidades de desenvolvimento. Em consequência, deveria ser dada centralidade às negociações para abertura de mercados e redução dos subsídios à agricultura nos países desenvolvidos e aos demais temas de interesse dos países em desenvolvimento.

O principal resultado para o Brasil - e para o conjunto dos países em desenvolvimento - alcançado até o momento diz respeito à inflexão na dinâmica negociadora do sistema multilateral de comércio, lograda pelo ativismo construtivo do G-20 Comercial desde a Conferência Ministerial de Cancún, em 2003. O agrupamento, que conta com a liderança do Brasil, congrega tanto exportadores agrícolas (Argentina, Chile, África do Sul) quanto outros que se caracterizam por possuir grande população rural e manifestar preocupações quanto à segurança alimentar (China, Índia, Egito).

Até aquele momento, os acordos comerciais multilaterais derivavam de entendimentos alcançados em processos de consulta e negociação conduzidos por grupos reduzidos de membros, majoritária ou exclusivamente compostos pelos maiores países mercantes do mundo (EUA, União Europeia e Japão), sem que estivessem representados os interesses dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o G-20 tem sido responsável por um melhor nível de articulação dos países em desenvolvimento e por imprimir ao processo negociador maior abrangência, com participação mais substantiva dos países em desenvolvimento. A

efetividade do engajamento construtivo do agrupamento nas negociações agrícolas se expressa na incorporação de várias de suas contribuições técnicas ao texto de modalidades em agricultura atualmente sobre mesa de negociação, de dezembro de 2008.

As minutas de modalidades em agricultura e Nama (bens não-agrícolas), divulgadas em dezembro de 2008, consolidam os principais avanços alcançados até o presente e refletem, na visão da grande maioria dos membros da OMC, o equilíbrio possível nas negociações. Entretanto, tentativas recentes de alguns países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, de erodir a dimensão de desenvolvimento consagrada no mandato negociador levaram as negociações ao presente impasse. A definição das modalidades em agricultura e Nama, os temas centrais das negociações, dará impulso à conclusão dos entendimentos nas demais áreas compreendidas no pacote de Doha, entre as quais varia o grau de progresso negociador e nas quais ainda existem importantes pendências: serviços, regras (antidumping, subsídios à pesca), facilitação de comércio, comércio e meio ambiente, propriedade intelectual e comércio e desenvolvimento. De acordo com o princípio de *single undertaking*, a Rodada se encerrará quando tudo estiver acordado em todas as áreas, não se prevendo, em princípio, a implementação de resultados parciais ou fracionados. O Brasil deverá auferir ganhos comerciais substanciais, sobretudo em agricultura (acesso a mercados e subsídios). Em contrapartida, deverá realizar esforço de abertura comercial em certos setores e reduzir em geral as margens para elevações de tarifas de importação ainda existentes. Isto se dará, porém, em prazos razoáveis para permitir a adaptação da indústria nacional às novas condições de competição. Devem ser ainda mencionados os ganhos decorrentes do fortalecimento do sistema multilateral de comércio (redução de assimetrias históricas relacionadas com o comércio agrícola e o “déficit de desenvolvimento”, aprimoramento do sistema de solução de controvérsias, aumento da previsibilidade e segurança nas trocas comerciais internacionais). Tendo em vista o perfil bem distribuído do comércio exterior brasileiro, um sistema multilateral sólido é de fundamental importância, ao passo que as negociações multilaterais de liberalização comercial, embora mais complexas, possuem melhor relação custo-benefício em comparação com as bilaterais.

G-20 COMERCIAL NA OMC

Criado em 20 de agosto de 2003, às vésperas da Reunião Ministerial de Cancún, o G-20, coordenado pelo Brasil, afirmou-se como um dos grupos mais influentes nas negociações agrícolas da OMC. O agrupamento foi lançado com o objetivo de pôr as questões agrícolas no centro da Rodada do Desenvolvimento de Doha, bem como de resistir a quaisquer tentativas de redução de seu nível de ambição, sobretudo nos temas de interesse ofensivo dos países em desenvolvimento. Desde então, o grupo conseguiu consolidar-se como um dos atores centrais do processo negociador, ainda que diante de tentativas de erosão de sua base de apoio.

A liderança brasileira no G-20 trouxe retornos consideráveis ao perfil negociador do País, que passou a fazer parte do núcleo de tomada de decisões da Rodada Doha e estar presente em diversos grupos, de composição e formato variados. Em todos esses grupos, o Brasil atuou de forma transparente e em sintonia com os anseios e expectativas dos países do Grupo. Embora o setor agrícola tenha participação e peso diferenciados nas exportações e produção interna dos países do G-20, seus Membros coincidem sobre o efeito distorcivo dos subsídios e a necessidade de reduzi-los, de modo a permitir que os países em desenvolvimento possam aproveitar plenamente de suas vantagens comparativas. Concordam, ainda, que o cumprimento do mandato agrícola é essencial para garantir tratamento adequado à dimensão do desenvolvimento da Rodada Doha. Após a paralisação das negociações multilaterais, em dezembro de 2008, o G-20 tem defendido:

- A retomada, alcançada após sete anos de negociações, das tratativas, com base nos textos de modalidades daquele mês, que garantam o equilíbrio de concessões entre os diferentes setores e países.
- A primazia do caráter multilateral do processo negociador.
- O respeito ao mandato de Doha, sobretudo no que tange aos princípios, conceitos e modalidades pré-acordados.
- A centralidade dos temas agrícolas para a Rodada.

Os resultados alcançados estão refletidos no texto de modalidades divulgado em dezembro de 2008 e trazem benefícios para o Brasil nos três pilares do mandato agrícola: acesso a mercados, subsídios à exportação e apoio interno.

Em acesso a mercados, está prevista a redução generalizada dos níveis de proteção para produtos agrícolas e seus derivados nos principais mercados de destino das exportações brasileiras, com redução maior das tarifas mais altas. Em virtude da criação, pelos países desenvolvidos, de quotas com tarifas mais baixas, poderá ocorrer a ampliação das exportações brasileiras de carne bovina e de aves e de açúcar para a União Europeia, açúcar e tabaco para os Estados Unidos, açúcar e carne de aves para o Japão, dentre outros. Reduz-se também a escalada tarifária, por meio de reduções tarifárias adicionais especificamente com esse propósito que favorecerão o Brasil em produtos como café solúvel. Prevê-se ainda redução adicional de tarifas sobre produtos tropicais.

Com relação aos subsídios agrícolas de apoio interno, haverá limitação dos subsídios mais distorcivos, vinculados a preços ou volumes de produção, que incentivam a produção ineficiente de alguns países. Haverá limite geral para subsídios

distorcivos, antes inexistente, grande redução dos limites por categoria de subsídio e limites, antes também inexistentes, por produto. Prevê-se, ainda, categoria de subsídios permitidos por serem menos distorcivos (caixa verde), como os pagamentos diretos ao produtor. Essa categoria permitirá a manutenção de programas de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar em países em desenvolvimento. Negocia-se também a eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas até 2013, um dos principais objetivos dos países em desenvolvimento na Rodada Doha.

Hoje o G-20 é integrado por: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paraguai, Paquistão, Peru, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

CONTENCIOSOS NA OMC

Desde a entrada em vigor do entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil participou, como demandante, em 25 casos, o que o qualifica como o país em desenvolvimento mais ativo do Sistema de Solução de Controvérsias e o quarto dentre todos os membros da OMC, atrás apenas de Estados Unidos, União Europeia e Canadá e à frente de Japão, Índia, México ou China. A evidência mostra que a política externa brasileira tem elegido o sistema de solução de controvérsias da OMC como um pilar importante de sua ação na área comercial, de forma coerente com sua tradição de privilegiar a solução pacífica de controvérsias e o multilateralismo. Quando interesses comerciais brasileiros são afetados por medidas adotadas por outros membros da OMC, o Brasil não tem hesitado em recorrer ao sistema se essas medidas desrespeitam as regras multilaterais de comércio.

De 2003-2010, a atuação da diplomacia brasileira no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC resultou em ganhos significativos em contenciosos que envolveram setores exportadores brasileiros dinâmicos, como o siderúrgico (Emenda Byrd sobre aplicação de direitos *antidumping* e compensatórios; e salvaguardas americanas sobre certos produtos siderúrgicos); o de algodão (subsídios americanos à cotonicultura); o de açúcar (subsídios à exportação concedidos pela UE); o de frango salgado (reclassificação tarifária feita pela UE); o de suco de laranja (taxa de equalização americana); o de bananas (arbitragem sobre regime de tarifa única europeu); e o de pneus reformados (em que o Brasil, demandado pela UE, logrou ver sua política ambiental justificada na OMC). Destaca-se o contencioso do algodão com os Estados Unidos, em que o Brasil, após obter decisões favoráveis em todas as instâncias, foi autorizado a suspender concessões nas áreas de bens e também na de propriedade intelectual, o que se denomina de “retaliação cruzada”. Essa autorização criou as condições para a assinatura de um Acordo Quadro entre os dois países litigantes, por meio do qual se estabeleceram as bases de uma negociação que poderá levar a uma solução final satisfatória para a demanda. Nesse intervalo, os EUA pagaram ao Brasil a maior compensação financeira da história da OMC: US\$ 147 milhões/ano.

Atualmente, o Brasil participa de painel que solicitou e foi estabelecido em setembro de 2009 contra os Estados Unidos, sobre medidas *antidumping* impostas sobre a importação de suco de laranja. Em maio de 2010, o Brasil solicitou consultas à União Europeia, juntamente com a Índia, a respeito da apreensão em território europeu de carregamentos de medicamentos genéricos em trânsito da Índia para o Brasil, sob a alegação de suposta violação de direitos de propriedade intelectual (patentes). Brasil e Índia entendem que as apreensões violam normas internacionais de comércio, representam grave ameaça às políticas de saúde pública dos países em desenvolvimento. Como o regulamento europeu encontra-se em fase de revisão, o Brasil efetuará novas gestões junto a autoridades europeias para que modifiquem a legislação questionada.

NEGOCIAÇÕES EXTRARREGIONAIS DO MERCOSUL

Mercosul-União Europeia

As negociações com vistas a um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia foram iniciadas em 1995, com a assinatura de um Acordo-Quadro. Até 2004, foram realizadas 16 reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). Diante de dificuldades na negociação naquele momento, o processo Mercosul-UE perdeu ímpeto nos anos a seguir. Em 2009 e 2010, foram mantidas reuniões informais, com o objetivo de avaliar as condições para uma retomada formal das negociações. Decisão nesse sentido foi alcançada em maio de 2010, em reunião de cúpula entre Mercosul e a União Europeia, realizada em Madri. No Comunicado divulgado na ocasião, os chefes de Estado e de Governo enfatizaram seu compromisso de envidar esforços pela conclusão das negociações sem demora. Após a retomada formal das negociações, em maio de 2010, realizou-se a XVII reunião do CNB, de 29 de junho a 2 de julho de 2010, em Buenos Aires, e a XVIII reunião do CNB, de 11 a 15 de outubro de 2010, em Bruxelas. O Brasil busca acordo ambicioso e equilibrado, que promova o desenvolvimento econômico e social, tendo em mente, de um lado, os interesses exportadores e, de outro, as sensibilidades de setores específicos da economia nacional.

Mercosul-União Aduaneira da África Austral (SACU)

As negociações para um acordo comercial entre Mercosul e África do Sul iniciaram-se em dezembro de 2000, por meio da assinatura de um Acordo-Quadro. Em junho de 2003, em virtude da reestruturação do bloco africano, as negociações foram ampliadas para incluir os demais países da *Southern Africa Customs Union* (Sacu) e passaram a ser entre blocos (Mercosul-Sacu). O objetivo dessas negociações é o estabelecimento de uma área de livre comércio entre Mercosul e Sacu. Como passo intermediário, decidiu-se negociar um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial (ACP). Em 15 de dezembro de 2008, os chanceleres do Mercosul assinaram o texto do Acordo de Comércio Preferencial, na presença de um representante do secretariado da Sacu. No dia 3 de abril de 2009, os membros do Bloco africano assinaram o documento na presença de representantes do Mercosul. O ACP Mercosul-Sacu possui um texto-base e os seguintes anexos: Lista de preferências oferecidas pelo Mercosul à Sacu; Lista de preferências oferecidas pela Sacu ao Mercosul; Regras de Origem; Salvaguardas; Solução de Controvérsias; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; e Cooperação Aduaneira. O ACP está em tramitação no Congresso Nacional.

Mercosul-Índia

As negociações para um acordo comercial entre Mercosul e Índia iniciaram-se em 2003, com assinatura de um Acordo-Quadro, tendo como objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as partes. Como passo intermediário, decidiu-se negociar um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial (ACP). Em janeiro de 2004, durante visita do presidente da República à Índia, foi firmado o texto principal do ACP Mercosul-Índia. Seus anexos foram assinados em março de 2005. Seu escopo abrange aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Além de um texto base, contendo regras sobre o comércio de bens, valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o acordo possui anexos sobre regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias. O ACP Mercosul-Índia entrou em vigor em junho de 2009, após a conclusão da tramitação interna em cada um dos países signatários do acordo. Desde então foram realizadas duas reuniões do Comitê de Administração Conjunta do Acordo, para discutir o seu aprofundamento, em direção a um eventual Acordo de Livre Comércio.

Mercosul-Egito

Em 7 de julho de 2004, o Mercosul e o Egito firmaram um Acordo-Quadro, visando ao estabelecimento de uma área de livre comércio entre ambas as partes. A partir de então, cinco rodadas negociadoras foram realizadas. O processo culminou no dia 2 de agosto de 2010 com a assinatura do Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito. Trata-se de um acordo de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos. O Acordo tem os seguintes capítulos: Comércio de bens, Regras de origem, Salvaguardas preferenciais e Solução de controvérsias. O ALC firmado com o Egito é o segundo acordo de livre comércio concluído com parceiro extrarregional e o primeiro com país árabe. O texto assinado seguirá agora para a tramitação interna nos cinco países signatários, antes que o ALC entre em vigor.

Mercosul-Israel

As negociações entre Mercosul e Israel tiveram início em 2005, quando as partes firmaram um Acordo-Quadro, que estabelecia como objetivo a constituição de uma área de livre comércio entre as partes. Em 18 de dezembro de 2007, concluíram-se as negociações com a celebração do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, foi o primeiro do gênero envolvendo o Mercosul e um parceiro extrarregional. O escopo do Acordo cobre os seguintes temas: comércio de bens, regras de origem, salvaguardas, cooperação em normas técnicas, cooperação em normas sanitárias e fitossanitárias, cooperação tecnológica e técnica e cooperação aduaneira. O Acordo está em vigor entre Brasil e Israel desde abril de 2010.

OUTRAS NEGOCIAÇÕES DO MERCOSUL EM ANDAMENTO

O Mercosul está em negociações visando à assinatura de acordo comercial com os seguintes países/blocos:

Marrocos

O Acordo-Quadro entre Mercosul e Marrocos foi assinado em 2004. A primeira rodada de negociações entre Mercosul e Marrocos foi realizada em 2008.

Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

Em 2005, foi firmado um Acordo-Quadro de cooperação entre o Mercosul e o CCG, composto por Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuait e Omã, que previa a negociação de um Acordo de Livre Comércio. A negociação entre os blocos abrange comércio de bens e acesso a mercados em serviços e investimentos. A última reunião formal ocorreu em janeiro de 2007, no Rio de Janeiro. Desde então, as negociações não foram aprofundadas por limitações do Mercosul para sua oferta no setor petroquímico e em razão das diferenças relativas à regra geral de origem. Em 2010, a presidência *pro tempore* do Mercosul, a cargo do Brasil, realizou visita a Riade a fim de reafirmar o comprometimento do Bloco com a retomada das negociações.

Paquistão

Em 2006, firmou-se Acordo-Quadro entre Mercosul e Paquistão. Em 2010 foi realizada reunião exploratória entre Mercosul e Paquistão a fim de avaliar caminhos para avançar com as negociações.

Turquia

Em 2008, Mercosul e Turquia assinaram um Acordo-Quadro, que foi seguido pela primeira reunião negociadora, realizada em novembro de 2008. Por existir uma União Aduaneira entre UE e Turquia, o aprofundamento das negociações com a Turquia está vinculado à negociação do Mercosul com o Bloco europeu.

Jordânia

Desde 2008, ano em que foi assinado o Acordo-Quadro Mercosul-Jordânia, foram realizadas três rodadas de negociação entre Mercosul e Jordânia, com o objetivo de firmar um Acordo de Livre Comércio. Existe a expectativa que isso possa ser efetivado ainda em 2010.

Mercosul-Sacu-Índia

Com o aprofundamento dos ACPs Mercosul-Índia e Mercosul-Sacu e o avanço nas negociações entre Sacu e Índia, almeja-se a formação gradual de uma Área de Livre Comércio trilateral. Um dos primeiros passos nessa direção foi dado em novembro de 2009, com a realização, em Genebra, da I reunião ministerial trilateral Mercosul-Índia-Sacu.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), integrada por países da América do Sul e o México. Nas duas décadas seguintes, verificaram-se obstáculos substantivos ao desenvolvimento da Alalc. Diante dessas dificuldades, a Alalc foi substituída, em 1980, pela Associação Latino Americana de Integração (Aladi), que incorporou o princípio da flexibilidade, de modo a permitir que cada País pudesse definir seu próprio ritmo no processo de integração regional. A Aladi conta com 13 membros (Cuba, México e todos os países da América do Sul, exceto Guiana e Suriname). Em 2009, o Panamá aderiu à Aladi, e a Nicarágua solicitou ser aceita como membro pleno. A Aladi é o maior mecanismo latino-americano de integração, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 500 milhões de habitantes.

O Tratado de Montevideu 1980 (TM80) - instrumento jurídico constitutivo da Aladi - estabelece os seguintes princípios gerais: pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais. O TM80 prevê e faculta a celebração de acordos entre todos (acordos de alcance regional) ou alguns (acordos de alcance parcial) de seus países membros, que podem abranger diferentes matérias relacionadas à integração econômica e comercial.

Sob o "guarda-chuva" jurídico da Aladi (disposições do TM80 e Resolução 2 do Conselho de Ministros da Associação), foi celebrado, em 1991, o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (ACE) nº 18, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que dá expressão econômico-comercial ao Mercosul. Também vigoram os seguintes ACEs: Mercosul-Chile (ACE-35, de 1996); Mercosul-Bolívia (ACE-36, de 1996); e Brasil-México (ACE 53, de 2002, o qual, a partir de entendimentos logrados em 2010, poderá dar origem a um futuro Acordo Estratégico de Integração Econômica).

Desde 2003, foram concluídos os seguintes novos ACEs: Mercosul-Peru (ACE-58, de 2005); Mercosul-Colômbia/Equador/Venezuela (ACE-59, de 2004); Mercosul-Cuba (ACE-62, de 2006).

No que tange à dimensão financeira e monetária da integração sul-americana, cabe sublinhar o papel desempenhado pelo Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da Aladi. Atualmente, participam do convênio os bancos centrais dos países

membros da Aladi, com exceção de Cuba e da República Dominicana. O CCR funciona essencialmente como um sistema de registro de débitos de operações comerciais intrarregionais, cujos pagamentos são compensados quadrimestralmente entre os bancos centrais dos países participantes. A função precípua do CCR é diminuir ao mínimo as transferências financeiras entre os países participantes nas transações comerciais realizadas entre si e cursadas no convênio, característica que sobressai em períodos de falta de liquidez internacional.

O CCR cumpre papel destacado no processo de integração física do continente sul-americano ao facilitar a viabilização de obras de infraestrutura, que requerem investimentos massivos. Em virtude da existência de um conjunto de garantias inerente ao sistema, as operações cursadas no Convênio têm seu risco de crédito sensivelmente reduzido para os agentes comerciais e os entes financiadores. Tal estrutura permite que sejam oferecidas condições financeiras mais vantajosas a projetos de infraestrutura na região, de alto valor e longa maturação, o que, muitas vezes, é determinante para acomodar um financiamento dentro da capacidade de pagamento do país importador.

Nos últimos 10 anos, o curso de financiamentos oficiais brasileiros pelo CCR já viabilizou, com custos atrativos para países da América do Sul, bem como para a República Dominicana e o México, o enquadramento de mais de 40 operações, em valor superior a US\$ 8 bilhões, destinados à concretização de projetos de transporte, energia e saneamento, além da exportação de aeronaves e outros equipamentos de transporte. O Brasil tem interesse em expandir o CCR para países da América Central e do Caribe. A República Dominicana e o México já fazem parte do Convênio, embora a primeira não seja membro da Aladi. A Nicarágua solicitou, em março de 2010, sua entrada no Convênio, e o pedido deverá ser decidido em março de 2011. O Panamá estuda sua participação no CCR.

ALCA

O projeto de estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi lançado em 1994, durante a I Cúpula das Américas, em Miami (EUA), junto com propostas abrangentes de cooperação econômica, desenvolvimento social e financiamento de infraestrutura na região. No entanto, as agendas complementares à pauta de comércio nunca saíram do papel, e a negociação comercial malogrou, sobretudo por haver-se desvirtuado a “ideia-força” de uma Alca concentrada em ampliar o acesso aos mercados hemisféricos, abolindo barreiras tarifárias e não tarifárias intrazona. Nunca se imaginou fácil a tarefa de criar uma área de livre comércio entre 34 países com tantas disparidades em seus indicadores econômicos, sociais, tecnológicos - portanto, com interesses e expectativas distintos na negociação. Mas essa dificuldade natural viu-se agravada pelas demandas de um grupo de países de priorizar, na Alca, (1) compromissos regulatórios em temas “paracomerciais” de seu interesse, como propriedade intelectual, regras de investimento ou compras governamentais; e (2) a manutenção de um protecionismo seletivo em favor de setores como agricultura e manufaturas tradicionais, tanto nos cronogramas de redução tarifária como na recusa em negociar regionalmente subsídios agrícolas e práticas abusivas de anti-*dumping*. Essas premissas resultariam em um acordo desequilibrado, inaceitável para o Brasil e o Mercosul.

Na co-presidência da Alca, o Governo brasileiro propôs, em 2003, reequilibrar as negociações com base na visão da “Alca possível”, em um processo negociado em “três trilhos”:

- Um acordo “guarda-chuva” que enunciasse o conjunto de direitos e obrigações equilibrados aplicáveis aos 34 sócios.
- Acesso a mercados para bens, serviços e investimentos, negociado bilateralmente, entre diferentes países e blocos.
- A possibilidade de conclusão de acordos plurilaterais mais profundos em temas e setores específicos, por países que desejassem fazê-lo. Apesar do compromisso nessas linhas alcançado na reunião ministerial de Miami, em novembro de 2003, os empecilhos mencionados acima terminaram por impedir um avanço nas negociações.

A última reunião formal do Comitê de Negociações Comerciais ocorreu em Puebla, em fevereiro de 2004. No final de 2005, reunidos em Mar del Plata para a IV Cúpula das Américas, os mandatários da região registraram implicitamente no comunicado final que não havia visão compartilhada para o projeto de Alca e que não seria possível chegar a um acordo enquanto perdurasse essa situação. Seria necessário suspender as negociações, examinar os problemas existentes e aguardar maiores definições da Rodada Doha da OMC. A partir de então, a Alca saiu de pauta. O Secretariado de Puebla foi fechado no final de 2008.

E) COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

O crescimento do número de brasileiros que vivem no exterior (processo que teve como marco inicial a década de 1980 e que resultou na criação de uma comunidade estimada em três milhões de pessoas) e da quantidade de viajantes brasileiros ao exterior (cerca de 3,5 milhões anualmente) ampliou as demandas por assistência consular – tanto em número de ocorrências quanto na natureza das solicitações. Se antes os consulados brasileiros atendiam, como regra geral, um número pequeno de

viajantes brasileiros em dificuldades, a partir dos anos 1990 os casos de assistência multiplicaram-se, passando a incluir, de maneira significativa: localização de pessoas desaparecidas, assistência jurídica, apoio a brasileiros detidos, doentes ou desvalidos no exterior (inclusive repatriação de nacionais), assistência a brasileiros detidos em aeroportos, entre outras formas de apoio.

O fenômeno da emigração de brasileiros resultou no surgimento de significativas comunidades brasileiras, de diversos tamanhos e perfis, nos diferentes países. A existência dessas comunidades exige uma resposta do Governo brasileiro, já que o tipo de demanda por políticas públicas que tais grupos impõem, como coletividades, extrapola em muito os serviços requeridos pela assistência consular individual. Ademais, a existência de significativas comunidades brasileiras no exterior possui uma dimensão estratégica relevante - sendo importante a manutenção de seus laços com o Brasil e seu aproveitamento para o desenvolvimento nacional - além de repercutir no relacionamento do País com os demais países, sobretudo seus vizinhos da América do Sul.

Nos anos 1990, o MRE já estava atento para a importância dessas comunidades. Contudo, foi somente no decorrer dos anos 2000 que a atuação do Ministério em prol das comunidades brasileiras no exterior ganhou profundidade. Marco precursor desse processo foi a Carta aos Brasileiros que Vivem Longe de Casa, assinada pelo então candidato a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O desenvolvimento de tais políticas decorreu, em boa medida, da mobilização das próprias comunidades e de sua crescente visibilidade nos órgãos de imprensa e no Congresso Nacional. Etapas do processo descrito acima foram: a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista sobre Emigração Ilegal, em 2006, que em seu relatório final sugeriu a criação de um órgão de alto nível para cuidar dos brasileiros fora do Brasil; a criação, como resultado de tal recomendação, da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (Sgeb), em junho de 2007, elevando o nível do tratamento dedicado ao tema dentro do Itamaraty; e a assinatura do Decreto Presidencial nº 7.214, de 15 de julho de 2010, que dá coerência, consolida e amplia o nível de compromisso do Governo brasileiro com as políticas em prol de seus nacionais no exterior. Por fim, caberia mencionar a Mensagem aos Brasileiros no Exterior enviada, em nome da Presidência, em 7 de setembro de 2010, relatando os avanços realizados.

A natureza da assistência consular propriamente dita (apoio a brasileiros em situação de risco, vulnerabilidade ou emergência) não comporta verificações quantitativas acerca de sua evolução, em especial porque o número de brasileiros assistidos depende fortemente da demanda por serviços consulares (determinada por fatores imprevisíveis e incontroláveis como catástrofes naturais e comoções políticas e econômicas em países estrangeiros). Contudo, é certo que tais serviços se expandiram (o que é ilustrado pela evolução dos valores gastos na assistência consular propriamente dita: de R\$ 540 mil em 2007 para R\$ 778 mil em 2009), bem como pelo número de atendimentos de brasileiros nos postos no exterior e pela quantidade de documentos de viagem e notariais expedidos.

Os serviços consulares, de forma geral, passaram por revisão de seus métodos de trabalho, necessidade imposta pelo crescimento da demanda. Essa revisão foi o tema de uma consulta a todos os consulados brasileiros, em 2007, que deu origem a documento de mais de 500 páginas de sugestões, cuja compilação resultou no documento intitulado Plano Diretor de Reforma Consular, atualmente em seus estágios finais de elaboração.

Com o processo de informatização dos serviços consulares lançado em 2007, o Brasil pôde atender a compromissos internacionais na área de segurança de documentos de viagem, que passaram a vigorar em abril de 2010. Além de atender a tais compromissos, a informatização de todos os serviços consulares, através do Sistema Consular Integrado (SCI), desenvolvido em parceria com o Serpro, vem permitindo melhor planejamento da aplicação dos recursos necessários, bem como maior padronização, confiabilidade e presteza no atendimento.

Registrem-se, entre as realizações principais da política de apoio às comunidades:

- Implementação de programa conjunto Brasil-Paraguai-OIM de regularização migratória dos brasileiros no Paraguai.
- Realocação – no Brasil ou em território boliviano, conforme o desejo das famílias e sempre em condições dignas - dos brasileiros que vivem atualmente na faixa de fronteira entre o Estado do Acre e a Bolívia.
- Instituição das Conferências Brasileiras no Mundo (CBM).
- Criação do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). Os eleitos ao Conselho tomarão posse em dezembro de 2010, durante a III Conferência de Brasileiros no Mundo.
- Aprovação da Ata Consolidada de demandas de brasileiros no exterior, como documento de trabalho das CBMs.
- Criação do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior.
- Lançamento de projeto interministerial e multidisciplinar para tratar da questão dos garimpeiros brasileiros que atuam na fronteira norte do Brasil.
- Estabelecimento de mecanismos de consulta e cooperação em temas migratórios e consulares com Espanha, EUA, França, Japão, México, Portugal e Reino Unido.

- Lançamento, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de projeto piloto da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão.
- Realização, em junho de 2010, de eventos acadêmicos e festivos em comemoração aos 20 anos da migração brasileira para o Japão.
- Parceria com a Caixa Econômica Federal para possibilitar o saque do FGTS a partir do Japão, em preparação ao lançamento de igual mecanismo no mundo inteiro.
- Estabelecimento de parceria com o Banco Central e outras instituições para identificar e reduzir os custos bancários relativos às remessas de brasileiros no exterior.
- Mapeamento de associações e órgãos de imprensa de brasileiros no exterior.
- Realização da primeira reunião da diáspora jurídica brasileira (advogados brasileiros habilitados a advogar no exterior).
- Ampliação do número e valorização dos conselhos de cidadãos no exterior.
- Celebração de diversos acordos de cooperação em previdência social, com destaque para Alemanha, Estados Unidos e Japão, em 2010, em parceria com o Ministério da Previdência Social (MPS).
- Celebração de diversos acordos de reconhecimento mútuo de carteiras de habilitação, em parceria com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).
- Apoio à criação da TV Brasil Internacional.
- Preparação do projeto que resultou no Decreto nº 7.214, de 15/06/2010, que estabeleceu diretrizes para a política governamental para as comunidades brasileiras no exterior.

F) COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil nos últimos anos fez com que o Governo brasileiro fosse crescentemente demandado por países interessados na sua experiência. A cooperação bilateral prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento (cooperação sul-sul) consiste na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos e materiais, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, é responsável pelo planejamento, coordenação, financiamento e monitoramento da cooperação técnica brasileira. A execução dos projetos e atividades compete, no entanto, às instituições brasileiras detentoras de acervo de conhecimentos técnicos que podem ser aplicados em países com carência de recursos e de *know-how*.

Por sua vez, as relações de cooperação técnica entre o Brasil e os países desenvolvidos e organismos internacionais têm evoluído, nos últimos cinco anos, para o amadurecimento de parcerias e a construção de mecanismos de atuação conjunta em benefício de terceiros países (cooperação trilateral). Embora a vertente bilateral sul-sul seja a modalidade prioritária de cooperação técnica prestada pelo Brasil, avalia-se que parcerias triangulares permitem potencializar o impacto das ações de desenvolvimento. Possibilitam, em particular, mobilizar volume maior de recursos e de insumos técnicos e aumentar a escala dos projetos, favorecendo ações de maior impacto.

Na América Latina e Caribe, a ABC detém em seu portfólio cerca de 400 projetos em execução, no montante de aproximadamente US\$ 57 milhões, com os seguintes países: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela. Entre os projetos no continente, podem ser citados os seguintes:

- Centro de Formação e Capacitação Profissional de Hernandárias, no Paraguai, executado com o Senai
- Apoio à criação e consolidação de uma instituição pública de pesquisa agropecuária na Bolívia
- Instalação de telecentros comunitários em vários países, em parceria com o Serpro
- Implementação de bancos de leite humano em 12 países da América Latina e Caribe, em parceria com a Fiocruz.

O caso do Haiti merece ser destacado, pela importância que o País assume para a política externa brasileira, em especial na área da cooperação técnica. Em janeiro de 2010, a ABC estava engajada em 30 iniciativas de cooperação técnica bilateral e trilateral com o governo haitiano, com recursos da ordem de US\$ 14 milhões. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, foram intensificadas as atividades de cooperação, que passaram a abranger 12 novos projetos, entre os quais:

- Elaboração de plano nacional de integração da pessoa com deficiência física e implantação de serviços de reabilitação.
- Transferência de tecnologias de construção civil de baixo custo e reconstrução das comunidades mais afetadas.
- Fortalecimento do setor judiciário e informatização de cartórios.
- Capacitações em Defesa Civil e Emergências Médicas.

Na África, a ABC coordena, atualmente, cerca de 300 projetos em diferentes fases de execução com 36 países : África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burquina Faso, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Egito, Gabão, Cameroun, Gana, Guiné Equatorial, Chade, Guiné Bissau, Gâmbia, Libéria, Lesoto, Malauí, Mali, Moçambique, Marrocos, Nigéria, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. O orçamento da cooperação com a África supera US\$ 65 milhões (55% dos recursos totais da ABC). Os países de língua portuguesa reúnem o maior número de projetos e orçamento. Alguns projetos têm alcance regional e recebem participantes dos países vizinhos. Por exemplo, a estação experimental de algodão no Mali recebe técnicos de Burkina Faso, Chade e Benim. A estação de arroz no Senegal receberá técnicos de Mali, Mauritânia e Guiné-Bissau. Juntos, esses dois projetos somam aproximadamente US\$ 7 milhões. Há, ainda, centros de formação profissional instalados em Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, enquanto em Moçambique e São Tomé e Príncipe outros dois encontram-se em fase de implantação.

Em junho de 2008, uma missão brasileira foi enviada à Palestina para discutir futuros projetos nas áreas de agricultura, saúde, desenvolvimento social, eleições e esportes. Desde então, realizaram-se várias atividades, como o treinamento da equipe palestina de futebol feminino, capacitação de médicos palestinos, apoio ao Centro Palestino de Mídia e a recepção de delegados palestinos para acompanhar as eleições brasileiras.

O Timor-Leste é o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na Ásia, com recursos de aproximadamente US\$ 7 milhões. Entre os projetos em execução, destaca-se o Centro de Formação Profissional Brasil–Timor-Leste, instalado em 2002, em parceria com o Senai, que já formou 1,2 mil alunos nas áreas de mecânica, informática e construção civil, entre outras. É relevante citar, ainda, o projeto “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça”, que desde 2005 dispõe de defensores públicos, juízes e promotores brasileiros atuando na capacitação dos juristas locais.

A ABC mantém 19 projetos de cooperação triangular em negociação ou em execução, com orçamento total de US\$ 49 milhões, dos quais a Agência brasileira financia pelo menos 30%. Com o Japão, destaca-se o projeto de desenvolvimento agrícola da savana tropical em Moçambique (Prosavana), executado pela Embrapa, pelo Senar e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Também em Moçambique, o projeto de apoio à inovação tecnológica é realizado em parceria com a USAID. Na área ambiental, a partir da experiência bilateral com a Alemanha, foram concebidos projetos em benefício do Peru, para disseminação de políticas para a Amazônia. Os projetos trilaterais aprovados entre 2003 e 2010 envolveram investimentos de aproximadamente US\$ 20 milhões do lado brasileiro, complementados por recursos mobilizados pelas contrapartes bilaterais e multilaterais do Brasil.

Com histórico de mais de 50 anos, a cooperação técnica recebida pelo Brasil é, também, importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de capacidades técnico-institucionais em nosso País. Os temas de maior interesse do Brasil em programas de cooperação técnica com os países desenvolvidos são: meio ambiente, agricultura, desenvolvimento urbano, energia, saúde e gestão pública. A ABC estima que os programas executados entre 2003 e 2010 movimentaram orçamento em torno de US\$ 600 milhões. Dentre os principais parceiros, destacam-se a Alemanha (fonte de 50% da cooperação bilateral recebida em 2009), o Canadá (13%), a França (10%), a Espanha (10%), o Japão (6%) e a Itália (2%).

Vale mencionar, ainda, as atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação esportiva, entre as quais o Jogo da Paz, realizado durante a primeira visita do presidente brasileiro ao Haiti, em agosto de 2004, entre as seleções dos dois países. Por meio de parcerias com instituições sociais, universidades e sindicatos de treinadores, foram realizados cursos de capacitação de profissionais do esporte no Benim, no Quênia, em Uganda; em Brasília, para 40 treinadores dos países da CPLP; e em São Paulo, para 15 treinadores africanos. O Itamaraty participou, também, da campanha do Rio de Janeiro para cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, contatando os membros-votantes do Conselho Olímpico Internacional (COI) e personalidades do mundo esportivo que pudessem exercer influência sobre a escolha.

SEGURANÇA ALIMENTAR

O Brasil busca contribuir para a garantia da segurança alimentar de populações de outros países, em especial por meio da doação de alimentos, sempre após solicitação formal e consentimento do Estado interessado. Nos últimos dois anos, mais de 30 países receberam assistência humanitária brasileira na forma de doação de alimentos. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) são as agências multilaterais com as quais o Brasil atua em parceria nos temas afetos à luta contra a pobreza e a fome.

Desde 2005, a cooperação técnica na área de alimentação escolar, com o apoio do PMA e da FAO desenvolveu-se e ampliou-se para vários países: Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Palestina. Em março de 2009, foi assinado acordo de cooperação entre o Brasil e a FAO para o fortalecimento de programas nacionais de alimentação escolar em países em desenvolvimento. Em dezembro de 2009, o Governo brasileiro instituiu o fundo fiduciário com a FAO, no contexto da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, no valor de US\$ 750 mil, para atender a situações de emergência humanitária. A referida Iniciativa, lançada pelo Brasil e pela Guatemala em 2005, visa a que todos os países da região possam ter seu próprio programa nacional de segurança alimentar com base em quatro estratégias:

- Transferência de renda para a população ter acesso a alimentos.
- Integração entre iniciativas rurais e urbanas.
- Participação da sociedade civil.
- Criação de sistemas de avaliação e monitoramento em segurança alimentar e nutricional.

Os projetos financiados pelo Brasil, em parceria com a FAO, já beneficiaram Haiti, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Chile, Nicarágua e Guatemala.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

O Governo brasileiro intensificou a prestação de assistência humanitária a países atingidos por calamidades socionaturais. Para tal fim, o presidente da República criou, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), em junho de 2006, sob a coordenação do Itamaraty. Desse modo, tornou-se possível a execução de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil e pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas.

Entre 2003 e 2010, mais de 50 países afetados por epidemias, fome aguda, terremotos, tsunamis e conflitos internos receberam assistência brasileira. Citam-se como exemplos os seguintes casos: em 2006, erupção vulcânica no Equador; em 2007, terremoto no Peru; em 2008, furacões no Caribe; em 2009, conflitos na Faixa de Gaza e epidemia de dengue na Bolívia; em 2010, reafirmação do comprometimento com o desenvolvimento do Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, apoio às populações desfavorecidas no Sudão, assistência humanitária a refugiados em outros países da África, apoio à proteção de grupos vulneráveis flagelados por inverno rigoroso na Mongólia e, mais recentemente, assistência humanitária aos flagelados de enchentes no Paquistão.

O Brasil participou ativamente de Conferências de Doadores, em assistência humanitária para reconstrução do Sudão, da Palestina, do Afeganistão, do campo de refugiados de Nahr El-Bared, no Líbano, e do Haiti.

A integração latino-americana na área da assistência humanitária foi promovida pelo Brasil durante a I Cúpula Brasil-Caricom, quando o País se dispôs a apoiar a Agência Caribenha de Manejo de Resposta Emergencial a Desastres em ações de resposta a desastres, mitigação e reconstrução em países do Caribe.

Para atender mais prontamente às demandas recebidas pelo País, foi constituído o Armazém Humanitário Internacional Rio de Janeiro, em fevereiro de 2009. Foram celebrados memorandos de entendimento sobre assistência humanitária com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, com o PMA e com a Bolívia. O Brasil contribuiu, em negociações internacionais, para a criação do Dia Internacional Humanitário (19 de agosto).

G) PROMOÇÃO COMERCIAL E PROMOÇÃO CULTURAL

Na área de promoção comercial, o MRE atua por meio do estímulo às exportações brasileiras de bens e serviços, identificando oportunidades de investimentos, disseminando informações sobre oportunidades existentes em mercados internacionais e contribuindo para a transferência de tecnologia. Outro relevante serviço oferecido pelo Itamaraty é a atividade de divulgação cultural, fundamental para a projeção de uma imagem positiva do Brasil.

Para outras informações, ver subeixo Desenvolvimento Produtivo e Comércio Exterior, no Eixo 1, Volume I.

PROMOÇÃO COMERCIAL

As missões comerciais destinam-se a intensificar a participação de empresas brasileiras no comércio internacional por meio de visitas que promovam o contato entre empresários brasileiros e estrangeiros e a participação em eventos internacionais. No âmbito das missões, ocorrem com frequência visitas técnicas a empresas locais, rodadas de negócios, seminários, palestras e *workshops* de setores estratégicos e que atendam à demanda do empresariado brasileiro. As missões, bem como os eventos são

planejadas e organizadas pelo Itamaraty em parceria com entidades governamentais ou privadas. A título exemplificativo, foram realizadas, nos últimos anos:

2008

- 40 missões empresariais, em sua maioria no exterior, das quais 15 acompanharam o presidente da República em visitas oficiais das 18 realizadas por este, sete foram em apoio ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e cinco acompanharam o ministro das Relações Exteriores.
- Prestou-se apoio a 26 visitas oficiais do exterior, bem como a 10 eventos de diversos tipos.

2009

- 40 missões empresariais ao exterior, das quais 11 foram em parceria com o MDIC.
- 17 visitas oficiais do presidente da República acompanhadas de delegação empresarial.
- Receberam-se também 10 visitas oficiais de chefes de Estado e ministros acompanhadas de delegação empresarial.
- Realizaram-se 21 eventos empresariais, incluindo seminários e reuniões de alto nível.

2010, até setembro

- 23 missões empresariais, das quais 18 em acompanhamento do presidente da República.
- Foram recebidas 11 visitas oficiais, de chefes de Estado e ministros, acompanhadas de delegação empresarial.
- Foi dado apoio a 15 seminários e reuniões de alto nível.

É realizado, também, amplo e diversificado programa de feiras, exposições e seminários no exterior, por meio do qual se promovem os principais setores da pauta de exportações brasileiras. A presença brasileira em exposições e feiras internacionais geralmente ocorre por meio de estandes institucionais, muitas vezes coordenados pelos setores de promoção comercial das embaixadas e dos consulados brasileiros no exterior.

O crescimento da participação brasileira em feiras no exterior reflete-se, embora muitas vezes de forma indireta, na expansão do comércio exterior do Brasil. O DPR apoiou a participação brasileira em 55 feiras internacionais, no ano de 2003; 49, em 2004; 42, em 2005; 53, em 2006; 57, em 2007; 59, em 2008; 67, em 2009 e 95, até setembro de 2010.

Com o objetivo de fomentar e incentivar a ampliação do leque de investimentos no Brasil, mediante ações que atraiam investidores privados nacionais e estrangeiros, o Ministério das Relações Exteriores, por meio de seu Departamento de Promoção Comercial, vem desenvolvendo múltiplas atividades de inteligência comercial, ao mesmo tempo em que tem organizado eventos de captação de investimentos, desde o início dos anos 2000. Em razão da dificuldade de mensurar todos os resultados obtidos, serão destacadas, a título de exemplo, algumas das ações encampadas e seus resultados nos últimos anos:

- A organização de seminário de divulgação de oportunidades de investimento em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) resultou em ampla divulgação do setor e despertou interesse de investidores mundo afora, em particular no Reino Unido.
- A organização de *roadshows* e de seminários de divulgação de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Londres, Moscou, Canadá, Japão e Coreia do Sul, dentre outros, permitiu aos referidos países obter informações sobre os processos licitatórios e obras prioritárias do PAC.
- A participação do MRE na COP-15, na coordenação do Espaço Brasil chamou a atenção dos empresários de todo o mundo para as potencialidades do mercado de créditos de carbono no Brasil, assim como para os projetos em infraestrutura previstos para os próximos anos.
- Os seminários para atração de investimentos em infraestrutura portuária, realizados em 2007 e 2008, resultaram na assinatura de protocolos de entendimento entre a Secretaria Especial de Portos/PR e o governo da Holanda, além de Memorandos de Entendimento entre os portos do Brasil e diversos países.
- As missões empresariais que contaram com eventos de captação de investimentos para Japão e Coreia, Alemanha, Rússia, EUA, China, Cuba, Catar, Irã, entre outros, resultaram no incremento substantivo dos investimentos desses países no Brasil, bem como do Brasil nesses países.

Com base nessa premissa de que fortalecer a integração política e socioeconômica da América do Sul é um dos pilares do atual Governo, o Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores criou, em 2003, o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). O PSCI explora a ideia de que a proximidade geográfica e o desenvolvimento de canais logísticos podem trazer vantagens comerciais para os importadores brasileiros, como por exemplo, menor prazo de entrega e fretes mais baratos. Como consequência, os produtos passam a ter preços mais competitivos. O Programa consiste em impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível, e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes da região. Por meio desse programa, busca-se minorar as dificuldades que impedem o crescimento do fluxo de mercadorias, com informações detalhadas aos países sul-americanos sobre como exportar para o Brasil. Entre suas principais ações estão:

- Assinatura de Memorando de Entendimento bilateral, que cria o Grupo Executivo de Trabalho (GET), com o objetivo de discutir problemas, monitorar o comércio, tirar dúvidas e facilitar a importação de produtos provenientes de países sul-americanos.
- Lançamento do Catálogo de Importadores Brasileiros (CIB), em versão impressa e em CD-ROM, além da disponibilização pelo site BrazilTradeNet. Sua versão mais recente, de 2010, traz 7.672 empresas, que representam quase 80% do total importado pelo Brasil anualmente.
- Lançamento do Guia “Como Exportar para o Brasil” em Português, Inglês e Espanhol.
- Criação do Grupo Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), com a participação de representantes da Receita Federal, Anvisa, Inmetro, Mapa, MDIC, Banco do Brasil, Sebrae e outras instituições anuentes relacionadas à importação. O grupo, sob coordenação da Divisão de Informação Comercial/Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (DIC/DPR), visita países da região, provendo explicações e prestando esclarecimentos sobre o processo de importação no Brasil, por meio de workshops, palestras ou seminários sobre o tema “Como exportar para o Brasil”.
- Financiamento de pesquisa de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil.
- Publicação da revista “América do Sul: Integração Competitiva”, editada em português, com informações fornecidas pelos países sul-americanos e voltada para os importadores brasileiros.
- Estudos para identificação da oferta exportável da América do Sul vis-à-vis à demanda brasileira.
- Estudos de mercado e cruzamentos estatísticos.
- Rodadas de negócio bilaterais e multilaterais.

Como resultado do PSCI, observa-se que o Brasil tem registrado um aumento significativo do comércio com os países sul-americanos, em particular, das importações oriundas desses países. Deixando de lado o ano de crise de 2009, podemos apontar resultados excelentes entre 2002 e 2008 como a variação das exportações da Bolívia para o Brasil (622%); do Chile (536,8%); da Colômbia (664,4%); da Guiana (1034,6%); do Peru (339,1%); e do Suriname (963,400%).

Os números parciais de 2010 permitem perceber a franca recuperação das importações brasileiras: entre janeiro e julho de 2010, nossas importações da América do Sul já apresentam crescimento de mais de 45% em relação a igual período de 2009. Os resultados mais significativos foram alcançados com a Venezuela (136%), Peru (89%) e Colômbia (80%).

PROMOÇÃO CULTURAL

O Programa de Difusão Cultural (PDC) do Itamaraty visa difundir a cultura brasileira no exterior e consiste em programação proposta anualmente pelos Postos no exterior. A existência de uma ampla rede de Postos no exterior, com capacidade para reconhecer as demandas locais relativas ao universo cultural brasileiro, confere a medida do vasto campo de atuação do Itamaraty. Além do PDC, os Acordos Culturais e instrumentos jurídicos têm o objetivo de estreitar os laços culturais entre o Brasil e outros países. São exemplos de realizações do no período 2003-2010:

- Ano do Brasil na França (2005): em estreita cooperação com o Comissariado do Ano do Brasil na França, com o Ministério da Cultura e com a Embaixada do Brasil na França, o Departamento Cultural foi ator-chave no planejamento e implementação de muitas atividades incluídas na *saison* francesa, principalmente aquelas desenvolvidas no Espaço Brasil, no *Carreau du Temple*.
- Cúpula Presidencial do Ibas (2006): concepção, produção e execução do espetáculo “*Samwaad Milâgrimas*”, do coreógrafo Ivaldo Bertazzo;
- Copa da Cultura (2006): desenvolvida em cooperação com o Ministério da Cultura. o Departamento Cultural auxiliou na coordenação e na execução de vários eventos, em especial dos programas de música e de encontros literários realizados na Embaixada do Brasil em Berlim;
- Centenário do arquiteto Oscar Niemeyer (2008): exposições comemorativas realizadas em Londres, Santiago, São Salvador, Assunção e Washington;
- Centenários do nascimento de Guimarães Rosa e do falecimento de Machado de Assis (2008): eventos comemorativos em Budapeste, Londres, Roma, Madri, Berlim, Haia e Paris, dentre outros.
- Ano Villa-Lobos (2009): mais de 60 eventos voltados para a divulgação da obra do maestro Heitor Villa-Lobos, nos quatro continentes.;
- Dia da Amizade Brasil – Cabo Verde (2010): apoio à iniciativa do Ministério da Cultura, que organizou missão cultural àquele país no âmbito das comemorações de 550 anos de seu descobrimento e 35 anos de sua Independência;

Foram assinados, no período 2003-2008, aproximadamente 70 acordos, programas executivos e outros instrumentos de cooperação cultural, em especial com os países da América Latina e Caribe, África e Brics.

Houve colaboração ativa para a realização dos seguintes eventos:

- Itinerância da exposição AMRIK – Presença Árabe na América do Sul (2006)
- Concepção da agenda cultural paralela à I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa (Brasília, março de 2010)
- Cerimônia de promoção *post mortem* do Embaixador Vinicius de Moraes (Brasília, agosto de 2010)
- Participação brasileira nas Bienais de Arte e Arquitetura de Veneza
- Participação brasileira nas Bienais do Mercosul
- Participação nas Bienais de Arte de São Paulo
- Participação brasileira em aproximadamente 40 Feiras do Livro, em mais de 15 países.

De 2003 a 2010, o Itamaraty promoveu a divulgação da imagem do Brasil, por meio de diversas iniciativas que podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Publicações - realizadas em vários idiomas, as publicações tiveram como temas principais: música brasileira (popular e erudita), culinária, capoeira, festas populares, teatro, futebol, integração física da América do Sul, indústria no Brasil, biocombustíveis, ciência, tecnologia e inovação.
- Exposições - Ocorreram no período citado as seguintes mostras e exposições:
 - ✓ Cartunistas sul-americanos
 - ✓ AMRIK - a presença árabe na América do Sul
 - ✓ Oscar Niemeyer, 50 anos de Brasília
 - ✓ Cartas d'África (exposição sobre o movimento dos retornados, descendentes de escravos brasileiros que voltaram para a África, levando consigo aspectos da cultura brasileira em diversos planos).
- Programa Formadores de Opinião – programa que consiste no convite a jornalistas estrangeiros para visitarem o Brasil e conhecer projetos exitosos em setores diversos, tais como infraestrutura, cultura, ciência e tecnologia, esportes, planejamento urbano, entre outros.
- Programas de Rádio – apoio a programas de rádio sobre música e cultura brasileiras em quase todos os países onde o Brasil mantém missões diplomáticas.
- Internet – manutenção e atualização constantes da página eletrônica do Ministério, assim como de *website* específico do Departamento Cultural. Além disso, a DIVULG apoiou, ao longo do período, a criação, manutenção e aperfeiçoamento das páginas eletrônicas de toda a rede de Postos no exterior.

